

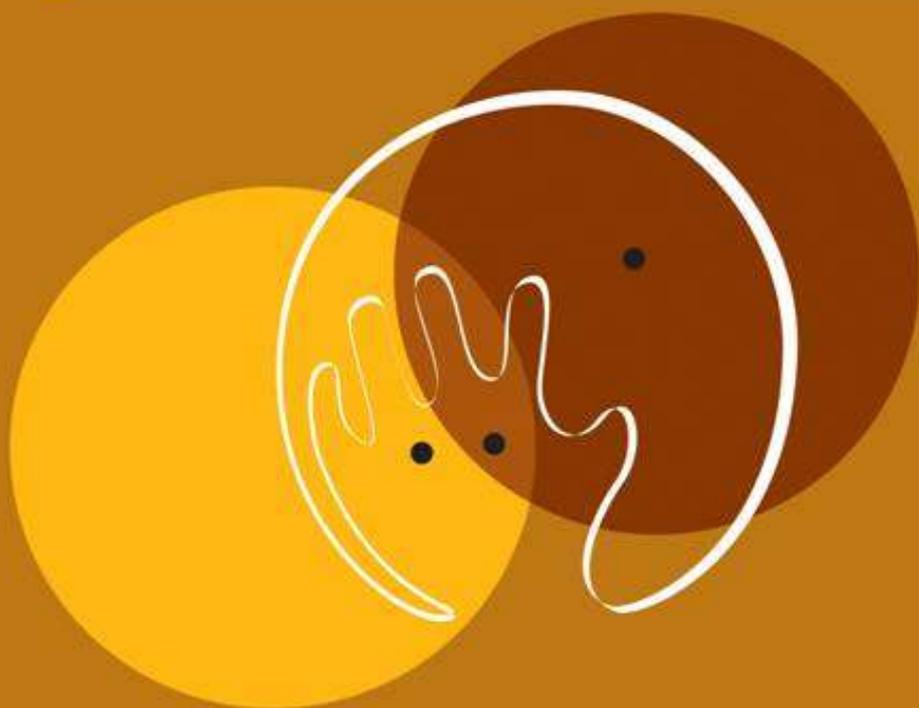
# 87 motícias

dezembro

2012



Comissão para a Cidadania  
e a Igualdade de Género  
Presidência do Conselho de Ministros



## GÉNERO E ENVELHECIMENTO

## EDITORIAL

- 3** EDITORIAL  
Fátima Duarte

## DOSSIER temático sobre Género e Envelhecimento

- 6** PROGRAMA DE AÇÃO DO AEEASG EM PORTUGAL E INTERVENÇÃO DA CIG  
Teresa Alvarez
- 9** GÉNERO E ENVELHECIMENTO: PLANEAR O FUTURO COMEÇA AGORA!  
Heloísa Perista e Pedro Perista
- 11** SOBRE DIFERENÇAS DE GÉNERO NA ESPERANÇA DE VIVER  
Francisco George
- 12** GÉNERO E ENVELHECIMENTO: PERSPETIVA NA ÁREA DA SEGURANÇA  
Carina Quaresma
- 14** NO ANO EUROPEU DO ENVELHECIMENTO ATIVO E DA SOLIDARIEDADE ENTRE GERAÇÕES: UMA REFLEXÃO SOBRE A SITUAÇÃO DAS MULHERES  
Sara Falcão Casaca,  
Sally Bould

## CIG

- 19** DUAS JURISTAS NA DIREÇÃO DA CIG
- 20** N-CIG
- 21** PRÉMIO CONTRA A MGF - MUDAR aGora O FUTURO
- 23** RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO
- 25** N-VDVG
- 26** JORNADAS NACIONAIS CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
- 27** I BREVE EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CRIME DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
- 28** VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES IDOSAS
- 30** DRN
- 30** FORMAÇÃO
- 32** STI

## Conselho Consultivo [Secção Interministerial]

- 33** MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

## Conselho Consultivo [ONG]

- 34** MOURA SALÚQUIA – ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO CONCELHO DE MOURA
- 35** COMISSÃO IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS CGTP-IN
- 36** ILGA

PROPRIEDADE E EDIÇÃO  
COMISSÃO PARA A CIDADANIA E  
A IGUALDADE DE GÉNERO

DIRETORA  
FÁTIMA DUARTE

COORDENAÇÃO  
ANA BORGES  
PAULA BRITO

CAPA  
ANA LUÍSA BOLSA | 4 Elementos  
– Comunicação e Design

GRAFISMO e PAGINAÇÃO  
LUÍSA PALHA

IMPRESSÃO  
Soartes – Artes Gráficas, Lda.

TIRAGEM  
4000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL  
87764/95

ISSN  
0871-3316



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género  
Presidência do Conselho de Ministros

Av. da República, 32 – 1º  
1050-093 LISBOA  
TELEFONE 217 983 000  
R. Ferreira Borges, 69 – 2ºC  
4050-253 PORTO  
TELEFONE 222 074 370  
EMAIL: cig@cig.gov.pt  
URL: www.cig.gov.pt

8

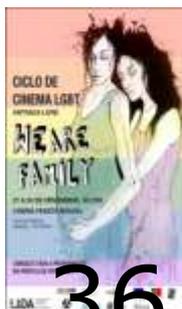


25



29

23



36

39



dezembro

## Fátima Duarte Presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género



**2012** chega ao fim. Em jeito de balanço, 2012 revelou-se um ano de grande atividade institucional e também de mudança.

1 - Enquanto serviço da Presidência do Conselho de Ministros, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) encontra-se sob a tutela do Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade.

Através do Decreto Regulamentar n.º 1/2012, de 6 de janeiro de 2012, a CIG vê publicada a sua nova Lei Orgânica, que lhe atribui a missão de garantir a execução das políticas públicas no domínio da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género.

Institucionalmente, o organograma apresenta uma nova configuração. Houve redução do número de unidades orgânicas nucleares, que de duas, passaram para uma, a Delegação Regional do Norte. Foi reduzido o número de equipas multidisciplinares de três para duas, passando a agregar as duas grandes áreas de missão da CIG: a Cidadania e a Igualdade de Género e a Violência Doméstica/Violência de Género. Ainda no quadro da reorganização da CIG, e no âmbito do Compromisso Eficiência e do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC), mantiveram-se as unidades orgânicas flexíveis: a Divisão de Documentação e Informação (DDI); a Divisão de Assuntos Jurídicos (DAJ) e a Divisão Administrativa e Financeira (DAF). Esta nova configuração não só vai ao encontro das exigências do PREMAC, como permitiu melhorar e tornar mais eficiente o exercício das suas competências. Uma nova Direção tomou posse a 9 de janeiro de 2012.

Ao legado dos Planos Nacionais, IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e não Discriminação (2011-2013) (IVPNI); IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica, (2011-2013) (IV-PNCVD); II Plano Nacional contra o Tráfico de Seres Humanos (2011-2013) (PNCTSH); II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina e ainda

enquanto parceira no Plano Nacional de Ação para a implementação da RCSNU 1325 (2000) – PNA 1325, sobre mulheres, paz e segurança, pretende a CIG dar a devida continuidade na execução do essencial neles previsto, no limiar do seu ano final de vigência.

Neste ponto, uma última palavra de reconhecimento é devida ao pessoal da CIG, pelo muito esforço desenvolvido ao longo deste ano e que permitiu corresponder àquilo que a esta Comissão foi pedido.

2 - O Parlamento Europeu e a Comissão Europeia declararam 2012 como o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações (AEEASG). Segundo projeções das Nações Unidas, em 2050 «as pessoas idosas serão o dobro das crianças»<sup>1</sup>.

Ciente da importância do envelhecimento da população, a nível mundial, com especial incidência nas mulheres, a CIG foi responsável pela elaboração do Projeto *Género e Envelhecimento: planejar o futuro começa agora!*, que decorreu nos últimos dois anos, calendarizando a sua conclusão e apresentação exatamente para 2012.

Dada a particular importância do assunto, o Dossier Temático do *Notícias* n.º 87 debruça-se sobre *Género e Envelhecimento*, contando com a participação de diferentes especialistas. Por parte da CIG, Teresa Alvarez, enquanto representante desta Instituição no Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, e também no quadro de coordenadora institucional do Projeto *Género e Envelhecimento: planejar o futuro começa agora!*, com o texto "Programa de Ação do AEEASG em Portugal e intervenção da CIG". Heloísa Perista e Pedro Perista, responsáveis pela concretização do referido Projeto, com o texto "Género e Envelhecimento: Planear o Futuro Começa Agora!". No âmbito da saúde, Francisco Jorge, Diretor Geral da Saúde, escreve "Sobre diferenças de género na esperança de viver". A

<sup>1</sup> In Marques, Sibila, *Discriminação da Terceira Idade*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011, p.22

temática da segurança será abordada por Carina Quaresma, do MAI, com "Género e envelhecimento: Perspetiva na área da segurança" e as docentes universitárias Sara Falcão Casaca, do ISEG-UTL, e Sally Bould, da Universidade de Delaware, EUA, com o artigo "No Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações: uma reflexão sobre a situação das mulheres", dão-nos a sua análise crítica.

3 - Neste segundo semestre, inúmeras foram as atividades desenvolvidas pela CIG, salientando-se apenas algumas: o prémio "Viver em Igualdade", que visa distinguir municípios com boas práticas na integração da dimensão da Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação; o prémio "Contra a MGF - Mudar aGora a Futuro", que tem como objetivo apoiar e capacitar associações de imigrantes para uma participação ativa na luta contra a MGF. Neste âmbito foi ainda assinado um Protocolo entre a CIG e a Associação de Estudantes da Guiné-Bissau em Lisboa (AEGB-LISBOA). Fruto de um intenso trabalho mútuo, foram celebrados 13 protocolos de cooperação com municípios localizados por todo o país. Realizaram-se, ainda, diferentes Seminários, nomeadamente, "Mulheres e Desporto" e, no âmbito da segurança, "Participação das mulheres das Forças Armadas em Missões Internacionais", e "A Participação de Mulheres de Forças de Segurança e de Organismos do Ministério da Administração Interna em Missões Internacionais".

Entre 15 de Novembro e 15 de Dezembro, por ocasião do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, dia 25 de Novembro, decorreram as Jornadas Nacionais Contra a Violência Doméstica, envolvendo diferentes entidades públicas, privadas e do poder local com intervenções nesta problemática.

Neste 2º semestre de 2012, foram dinamizadas ações de formação dirigidas a profissionais de saúde e da área social e verificaram-se intervenções em iniciativas conjuntas com outras entidades, de que se destaca a formação dirigida a forças de segurança, no âmbito das Jornadas.

Ainda sobre o flagelo da violência, e porque este número é dedicado à problemática do envelhecimento, o *Notícias 87* não esqueceu a violência exercida sobre as idosas e os idosos.

Finalmente, refira-se que foi lançada, por ocasião do Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, a Campanha Nacional Contra a Violência Doméstica, com o *slogan* "Em vossa defesa, dê um murro na mesa" e que encoraja as mulheres, mães, que são vítimas de violência doméstica a terminarem a relação abusiva, por si e pelos/as seus/suas filhos/as.

4 - O Secretariado Técnico para a Igualdade (STI), que, neste segundo semestre, manteve abertos concursos para todas as tipologias do Eixo 7, apurou que, neste ano civil, o número de candidaturas submetidas superou as expectativas. Relativamente à execução financeira, o STI tem registado um crescimento progressivo, sendo que, para o período de julho a novembro de 2012, a taxa de execução ascendeu de 41% para 47%.

5 - As ONG do Conselho Consultivo não quiseram deixar de integrar este número sobre a temática do

envelhecimento, contribuindo a Associação de Mulheres do Concelho de Moura e a Comissão Igualdade Entre Mulheres e Homens CGTP-Intersindical Nacional com textos, em que abordam este assunto; a ILGA concorre com "A Igualdade Vai de Norte a Sul - E Além-Fronteiras". 6 - Para terminar, refira-se que, a 17 de Novembro, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) assinalou o seu trigésimo quinto aniversário institucional. No entanto, as suas origens recuam a 1970, quando foi criado o *Grupo de Trabalho para a Participação da Mulher na Vida Económica e Social*<sup>2</sup>, presidido por Maria de Lourdes Pintasilgo. Na sua continuação, surge a *Comissão para a Política Social relativa à Mulher*, em 1973, mantendo Lourdes Pintasilgo a presidência, e, em 1975, a Comissão da Condição Feminina (CCF), em regime de instalação. A 17 de Novembro de 1977, a CCF seria institucionalizada<sup>3</sup>, surgindo, assim, em Portugal, o primeiro mecanismo oficial para a promoção da igualdade entre mulheres e homens. Em 1991, passou a designar-se Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM) e, desde 2007, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).

<sup>2</sup> Onde foi efetuado o primeiro levantamento das discriminações no direito público e privado, foram propostas alterações ao direito de família e à legislação sobre o trabalho das mulheres.

<sup>3</sup> Através do Decreto-Lei nº 485/77 e na dependência da Presidência do Conselho de Ministros.

Luísa Polinha 2012

PERIÓDICO  
1975-2012

35 ANOS  
a  
Promover  
a  
Igualdade  
1977-2012

**CIG**  
Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género  
Presidência do Conselho de Ministros  
www.cig.gov.pt

The background features a warm orange color palette. A large, semi-transparent yellow circle overlaps a larger, semi-transparent brown circle. A white, hand-drawn style line forms a large, irregular shape that overlaps both circles. Three small dark grey dots are scattered within the overlapping areas.

*Dossier*  
temático  
sobre  
**Género e**  
**Envelhecimento**

# Programa de Ação do AEEASG em Portugal e intervenção da CIG

“As velhices, isto é, as formas de viver a longevidade, são múltiplas e exigem políticas e outras iniciativas “diferenciadas”

**Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações  
PROGRAMA DE AÇÃO, 2012 | Portugal, p. 4**

POR TERESA ALVAREZ\*

O ano de 2012 foi declarado pelo Parlamento Europeu e pela Comissão Europeia como o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações (AEEASG). Neste âmbito, entende-se que a promoção do envelhecimento ativo “significa criar melhores oportunidades para que as mulheres e os homens mais velhos desempenhem o seu papel no mercado de trabalho, combater a pobreza, sobretudo das mulheres, e a exclusão social, encorajar (...) a participação ativa na vida familiar e na sociedade e incentivar o envelhecimento com dignidade” (Decisão n.º 940/2011/UE, do Parlamento Europeu e pela Comissão Europeia, de 14.09.11).

Garantir um “envelhecimento com dignidade” implica a necessidade de assegurar a mulheres e a homens oportunidades efetivas e iguais de participação nas sociedades a que pertencem, bem como uma vivência quotidiana em condições de segurança reais e a manutenção da qualidade de vida ao longo de todas as etapas da vida.

As profundas alterações sociais resultantes dos processos, concomitantes, da diminuição demográfica e do aumento da esperança de vida e da longevidade têm conduzido ao envelhecimento progressivo das sociedades ocidentais, exigindo mudanças estruturais que urge implementar no presente a fim de garantir as repostas exigidas no futuro. Essas mudanças situam-se a vários níveis: da mentalidade e da cultura, em especial das representações estereotipadas sobre *ser jovem* (mulher e homem) e *ser idosa e idoso* que enformam o pensamento coletivo; da organização social e das inevitáveis alterações nas culturas institucionais e nos comportamentos organizacionais; dos estilos de vida que se valorizam, promovem, adotam e sustentam; das relações entre as gerações e do modo como estas co(m)vivem, partilham tempos e espaços e usufruem dos recursos disponíveis.

Estas preocupações estão patentes no Programa de Ação do AEEASG de Portugal que, incorporando, de forma explícita e implícita, a dimensão de género e as relações entre mulheres e homens, sublinha: “o envelhecimento ativo exige uma abordagem multidimensional e constitui um desafio para toda a sociedade, implicando a responsabilização e a participação de todos e de todas, no combate à exclusão social e à discriminação e na promoção da igualdade entre homens e mulheres e da solidariedade

entre as gerações” (p.3).

O AEEASG em Portugal, sob a coordenação de Joaquina Madeira, foi apoiado por uma equipa operacional (integrando o Instituto Nacional de Reabilitação, Instituto Português do Desporto e Juventude, Instituto da Segurança Social e Instituto do Emprego e Formação Profissional e as Direções Gerais da Educação e da Saúde) e por uma Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA), com uma função consultiva, constituída por representantes de diversas entidades públicas e privadas (profissionais, sindicais, científicas, associativas) e na qual a CIG se encontrou representada.

As iniciativas desenvolvidas ao longo de 2012 organizaram-se em torno de cinco eixos-chave<sup>4</sup> que, por sua vez, deveriam contemplar seis critérios transversais, sendo um deles o da igualdade de género.

A atuação da CIG e a sua participação no CNA visou o reforço da importância do carácter transversal da dimensão de género e das relações entre mulheres e homens no modo como olhamos e entendemos as realidades da população idosa e os impactos da ação dos organismos públicos junto das pessoas idosas e, subsequentemente, na definição de políticas e de estratégias de atuação que visem as alterações estruturais exigidas pelas sociedades progressivamente mais envelhecidas.

Neste sentido, a CIG desenvolveu cinco iniciativas e produziu quatro produtos no quadro do AEEASG.

O Encontro *Género, Envelhecimento e Intergeracionalidade* realizou-se em Lisboa, no dia 24 de abril, e com ele pretendeu a CIG assinalar o Dia



<sup>4</sup> Emprego, Trabalho e Aprendizagem ao Longo da Vida; Saúde, Bem-estar e Condições de Vida; Solidariedade e Diálogo Intergeracional; Voluntariado e Participação Cívica; Conhecimento e Sensibilização Social.



resultante da aplicação de uma atividade do *Guião de Educação. Género e Cidadania* para o 3º ciclo naquela escola.

Os dois seminários sobre *Género e Envelhecimento*, de 24 de abril, no Porto, e de 3 de julho, em Lisboa, constituíram as duas iniciativas de divulgação dos resultados do projeto *Género e Envelhecimento: planear o futuro começa agora!*, promovido pela CIG, com o apoio financeiro da Comissão Europeia



Europeu da Solidariedade entre Gerações. Este Encontro integrou-se no eixo 3 do Programa de

através do Programa PROGRESS. Este projeto integrou o Programa de Ação do AEEASG de Portugal, e o respetivo Calendário de Atividades, no eixo 2 *Saúde, Bem-estar e Condições de Vida*, respondendo, ainda, aos objetivos do eixo 5, *Conhecimento e Sensibilização Social* "conhecimento é saber mais para agir melhor e despertar consciências". Nestes seminários foram apresentados os quatro principais produtos do Projeto: estudo-diagnóstico *Género e Envelhecimento: planear o futuro começa agora!*, sobre a situação de mulheres e homens idosos e as subseqüentes Recomendações dirigidas a diversos níveis de tomada de decisão; dois Guias *Mulheres, Homens e Envelhecimento*, para profissionais de ação social e para forças de segurança.



Ação Nacional do AEEASG, relativo à *Solidariedade e Diálogo Intergeracional*, que previa "ações de intercâmbio intergeracional através da participação das pessoas idosas nos espaços escolares". A iniciativa respondeu a quatro dos seis critérios transversais ao Programa de Ação do AEEASG: a igualdade de género; a não discriminação em razão da idade; a orientação para a inovação e boas práticas e a preferência pelo trabalho em rede e por parcerias.

Organizado pela CIG e pelo Agrupamento de Escolas Prof. Reynaldo dos Santos, de Vila Franca de Xira, o Encontro contou com as intervenções da Direção da Comissão, de docentes e de estudantes da Escola Secundária com 3ºciclo Prof. Reynaldo dos Santos, de elementos da comunidade educativa de Vila Franca de Xira, avós e avós das e dos estudantes presentes. Contou igualmente com uma representante da Rede Portuguesa de Jovens para a Igualdade entre Mulheres e Homens (RPJIOMH), bem como da Direção, de docentes e de alunas da Academia Sénior de Cultura, de Vila Franca de Xira. Ao longo das intervenções foram sendo partilhadas diferentes iniciativas de construção conjunta de saberes e experiências entre elementos e/ou grupos de gerações distintas, sendo de sublinhar que todo o Encontro se baseou em experiências realizadas ou em curso, evidenciando práticas de concretização da transversalização da dimensão de género na temática do AEEASG.



Associada a esta iniciativa, a CIG inaugurou uma Exposição de um Jornal Digital, intitulado "No tempo em que os nossos avós e as nossas avós eram adolescentes", elaborado por alunas e alunos do 9º ano, em 2010-2011, em História, ITIC e Estudo Acompanhado e

Destinado à administração pública, o Projeto visou a transversalização da dimensão de género nas políticas destinadas às pessoas idosas e, simultaneamente, a transversalização, integrada, das dimensões de género e da idade em todas as políticas que, de alguma forma, tenham impacto sobre a população idosa e envolveu a participação direta, a colaboração ou o simples acompanhamento de dezanove organismos públicos e de uma entidade privada. O Projeto foi norteado pela necessidade de conhecer, numa ótica de género, a situação das mulheres idosas e dos homens idosos em Portugal e o impacto das políticas públicas nas suas vidas e de sensibilizar os diferentes serviços públicos que lidam com a população idosa, para a integração da dimensão de género nas suas práticas.



Para além do estudo-diagnóstico, merece especial destaque a elaboração de um conjunto de Recomendações, resultantes em grande parte das conclusões do diagnóstico, dirigidas à tomada de decisão política e organizacional e destinadas a promover a integração da dupla dimensão género/idade nas políticas, programas, medidas e ações dos serviços da Administração Pública Central e Local, de entidades públicas e privadas de apoio e prestação de cuidados à população idosa, das Forças de Segurança e dos Órgãos de Comunicação Social. Os dois Guias, por sua vez, tiveram uma participação direta dos organismos envolvidos no Projeto e que detêm competências específicas na área, respetivamente, da ação social e da segurança. Cabendo à CIG promover duas iniciativas no quadro da luta contra a violência sobre as pessoas idosas e contra as mulheres, previstas para o último trimestre de 2012, optou a Comissão por realizar uma única iniciativa que respondesse, em simultâneo aos dois objetivos, enquadrada no eixo 2 .





Saúde, Bem-estar e Condições de Vida e no eixo 5 Conhecimento e Sensibilização Social. Agendada para dia 17 de janeiro de 2013, a iniciativa consiste numa sessão pública sobre o Projeto *Breaking the Taboo*, destinada a todas as entidades que trabalham na área da violência de género, em especial da violência exercida sobre as mulheres idosas, na esfera privada, e visando a reflexão sobre esta

realidade e sobre as possíveis formas de prevenção e de intervenção.

Esta primeira iniciativa do ano de 2013, surge na esteira da dinâmica e das preocupações que pautaram a coordenação do AEEASG em Portugal, e com ela pretende a CIG dar continuidade ao trabalho



desenvolvido em 2012, através de dois tipos de estratégias:

- reforço do trabalho em parceria com as entidades a quem se dirigem os Guias, através da disseminação destes instrumentos e da sensibilização e formação dirigidas aos respetivos grupos profissionais;
- integração desta problemática nas políticas locais, nomeadamente nos planos municipais para a igualdade, através do apoio e acompanhamento das Câmaras Municipais, por parte da CIG.

Deste modo, julgamos possível contribuir para a melhoria dos serviços de atendimento da população idosa e em especial das mulheres idosas.

Para além da edição em suporte papel, as quatro publicações encontram-se

disponíveis em linha, no sítio *web* da CIG, assim como o sumário executivo do estudo (edição em português e edição trilingue – francês, espanhol e inglês).

\*Enquanto representante da CIG no Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações e Coordenadora Institucional do Projeto *Género e Envelhecimento: Planear o Futuro Começa Agora!*

# N

o âmbito do projeto *Género e Envelhecimento: planear o futuro começa agora!*, produziram-se algumas publicações cujo lançamento ocorreu por ocasião do Seminário de encerramento do mesmo, promovido pela CIG a 3 de julho do ano corrente.

A publicação *"Género e Envelhecimento: planear o futuro começa já! – Estudo de Diagnóstico"* (da qual se produziu ainda um *Sumário Executivo*), apresenta um diagnóstico da situação dos homens idosos e das mulheres idosas em Portugal, identificando as suas condições de vida nos vários domínios, bem como o levantamento das políticas, programas e medidas de apoio existentes nos diferentes domínios sectoriais.

O estudo de diagnóstico é ainda acompanhado de recomendações (em edição autónoma), produzidas pela mesma equipa de investigadores. Tais recomendações destinam-se a pessoas que se encontram em situação de tomada de decisão, de carácter político ou técnico, com vista a apoiar a sua ação na promoção da integração da dupla dimensão género/idade nas políticas, programas, medidas e serviços da Administração Pública Central e Local.

Editaram-se ainda dois Guias de carácter instrumental dirigidos a profissionais de ação social e forças de segurança.

No pressuposto de que as ações destinadas à população idosa têm impactos diferenciados sobre as mulheres e os homens, as publicações *Mulheres, homens e envelhecimento - Um guia para Serviços de Ação Social* e *Mulheres, homens e envelhecimento - Um guia para Forças de Segurança*, apresentam um conjunto de *guidelines* de apoio à intervenção específica naquelas áreas. Todas as publicações, e estas últimas em particular, foram elaboradas com a colaboração ativa das entidades parceiras do projeto.



# GÉNERO E ENVELHECIMENTO: PLANEAR O FUTURO COMEÇA AGORA!

noticias.vol.com.br

POR HELOÍSA PERISTA E PEDRO PERISTA\*

**A** população e a sociedade portuguesas têm vindo a tornar-se gradual e progressivamente mais envelhecidas. Este acentuado processo de envelhecimento demográfico virá ainda a consolidar-se no futuro próximo, o que coloca desafios acrescidos e renovados, não só aos indivíduos e às famílias mas também ao Estado. O envelhecimento demográfico tem impactos evidentes ao nível do sistema de proteção social e das políticas públicas, para além das implicações que daí derivam para o mercado de emprego e para os diversos mercados de bens e serviços.

É neste contexto que ganha expressão e visibilidade acrescidas o conceito de envelhecimento ativo, tendo 2012 sido proclamado, a nível da União Europeia, como o Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da

Solidariedade entre as Gerações.

O envelhecimento ativo foi definido pela Organização Mundial de Saúde como o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem. Qualquer reflexão e intervenção em torno do envelhecimento ativo não pode, pois, deixar de considerar e integrar, de modo sistemático, a perspetiva da igualdade de género, tendo em conta as especificidades de mulheres idosas e de homens idosos.

Foi neste sentido que a CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género entendeu promover o projeto 'Género e Envelhecimento: Planear o Futuro Começa Agora!', no âmbito do qual foi por nós elaborado um estudo de diagnóstico das condições em que vivem as mulheres idosas e os homens idosos em Portugal (disponível em [http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/estudo\\_Genero-Envelhecimento.pdf](http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/estudo_Genero-Envelhecimento.pdf)).

A população portuguesa tem, hoje, mais de 2 milhões de pessoas com 65 ou mais anos, representando estas cerca de 19% da população total. São as mulheres quem predomina entre as pessoas mais velhas, e de forma crescente à medida que se avança na idade: se as mulheres constituem um pouco mais de metade das pessoas com 65 a 74 anos, elas representam mais de dois terços da população com 85 e mais anos.

Por outro lado, o envelhecimento populacional tem sido acompanhado pelo peso relativo cada vez maior das pessoas idosas e, em particular, das mulheres idosas que vivem sozinhas ou exclusivamente com outras pessoas idosas.

Consideremos, agora, algumas das dimensões nas quais o diagnóstico evidenciou diferenças de género mais marcadas:

#### **Na saúde:**

- As mulheres idosas podem aspirar a viver mais anos do que os homens mas a sua esperança de vida saudável é mais reduzida.

- As mulheres mais velhas referem mais amiúde a existência de um problema de saúde ou doença de longa duração e tendem a fazer uma apreciação mais negativa do seu estado de saúde do que os homens mais velhos.

- Quatro em cada dez mulheres com 60 ou mais anos afirmam ter sido vítimas de abuso ou violência, sobretudo emocional ou psicológica.

#### **Na habitação:**

- As mulheres idosas estão particularmente sujeitas a privação material na componente habitacional e a condições de alojamento marcadas, por exemplo, pela ausência de condições de salubridade e de conforto.

#### **Na educação e formação:**

- Mais de uma em cada três pessoas idosas não tem qualquer nível de escolaridade completo. A percentagem de mulheres idosas nesta situação praticamente duplica a percentagem de homens idosos: 23% e 44%, respetivamente.

#### **No trabalho e emprego:**

- A taxa de emprego dos trabalhadores mais velhos, com idade entre os 55 e os 64 anos, bem como os homens idosos e muito idosos, é muito superior às das mulheres dos mesmos grupos etários.

- O trabalho a tempo parcial assume valores mais elevados entre as mulheres idosas, por razões que se prendem, em muitos casos, com as suas responsabilidades de natureza pessoal ou familiar.

- A forte assimetria na distribuição do trabalho não pago entre mulheres e homens, ao longo do ciclo de vida e incluindo na velhice, articula-se e entrecruza-se, de forma complexa, com os comportamentos de mulheres e homens no mercado de trabalho. Esta inter-relação está na base do questionamento, necessário, dos conceitos de autonomia e de dependência, em particular na velhice: se as mulheres revelam maior dependência dos homens do ponto de vista material, a maior autonomia dos homens no espaço público e no mercado de trabalho é, afinal, conseguida à custa da sua maior dependência das mulheres no espaço privado e na vida familiar.

#### **Na proteção social:**

- Mulheres idosas e homens idosos têm acessos diferenciados ao sistema de segurança social, registando-se a maior prevalência relativa de mulheres idosas na pensão social de velhice, isto é na categoria

de pensão que confere um menor nível de proteção e de garantia de recursos. Nos recursos materiais:

- São sobretudo as mulheres idosas que apresentam maior vulnerabilidade a situações de empobrecimento resultantes de carreiras contributivas curtas ou mesmo da total ausência de contribuições para a segurança social. Percursos laborais mais irregulares e, por vezes, interrompidos por força da responsabilidade de cuidar, a concentração em sectores de atividade, profissões e funções menos valorizadas e pior remuneradas, a saída mais precoce do mercado de trabalho, são fatores que contribuem para a degradação das condições de vida e para uma maior vulnerabilidade das mulheres à pobreza na velhice.

- O gap médio de rendimentos entre sexos ultrapassa 40% em desfavor das mulheres idosas, quando se considera a pensão de velhice.

Na segurança:

- A 'Operação Censos Sénior' 2012, levada a cabo pela Guarda Nacional Republicana, identificou cerca de 23000 pessoas idosas a residirem sozinhas e/ou isoladas, 63,5% das quais mulheres e 36,5% homens. Com base nos resultados deste estudo de diagnóstico, foi elaborado um conjunto de recomendações

(disponível em <http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/recomendacoesprogress.pdf>), com o fim de promover a integração da dupla dimensão género / idade nas políticas, programas, medidas e ações dos serviços da administração pública central e local, de entidades públicas e privadas de apoio e prestação de cuidados à população idosa e das forças de segurança.

No âmbito deste Projeto, foram, ainda, editados dois guias sobre 'Mulheres, Homens e Envelhecimento' dirigidos, respetivamente, a serviços de proteção social

(disponível em <http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/guiaaaccasocialprogress.pdf>) e a forças de segurança

(disponível em <http://195.23.38.178/cig/portalcig/bo/documentos/guiaforcassegurancaprogess.pdf>).

\* Investigadores no CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social e CooperActiva



Igualdadexxi.blogspot.com



# SOBRE DIFERENÇAS DE GÉNERO NA ESPERANÇA DE VIVER

POR FRANCISCO GEORGE\*

**R**econhece-se, hoje, que a transição demográfica é um fenómeno natural, comum a muitos países, sobretudo industrializados e que não pode ser considerada como um processo negativo. Todos os sociólogos aceitam que a mudança que o envelhecimento da população reflete é resultado das políticas de saúde e sociais, mas com relevo para o desenvolvimento económico. Acontece, porém, que Portugal será, muito seguramente, dos países mais envelhecidos do Mundo. Fundamentalmente devido ao duplo envelhecimento que se verifica e que se acentua todos os anos. Há a destacar que este envelhecimento tem duas equações: na base, menor proporção de jovens e por outro lado, no topo, uma maior expressão de cidadãos com idade superior a 65 anos. Todos os anos há, proporcionalmente, menos jovens e mais população idosa.

Repare-se que em 2011, 15% dos portugueses tinham menos de 15 anos de idade e que 19% tinham 65 ou

mais anos. Estes já são mais de 2 milhões, dos quais 1 milhão tem idade superior a 75 anos (200 mil com 85 ou mais anos). Ora, como se sabe, são os cidadãos com idades mais avançadas que, em regra, têm doenças crónicas e que necessitam, muitas vezes, de tomar mais do que um medicamento por dia. O Sistema adaptou-se à mudança demográfica, mas, também, ao novo perfil de morbilidade em consequência da preponderância das principais patologias de evolução arrastada: diabetes, cancro, doenças cérebro e cardiovasculares e doenças respiratórias crónicas. As antigas camas hospitalares de agudos, dão, agora, lugar a camas de patologias crónicas.

Compreende-se que o prolongamento da vida constitua a essência da saúde pública. O trabalho de todos os que estão envolvidos na promoção da saúde tem como objetivo principal fazer com que os portugueses tenham uma vida cada vez mais prolongada e com mais qualidade. É isto que tem sido possível alcançar em consequência das políticas sinérgicas de outros sectores e departamentos do Estado que necessariamente, em termos de desenvolvimento, têm resultados no mesmo sentido.

Como se compreende, a Saúde Pública procura atrasar o final da vida de todos os cidadãos. Assegurar a probabilidade dos portugueses viverem mais tempo desde o nascimento e depois ao longo do ciclo de vida. Neste quadro, verifica-se uma diferença de género, designada na língua inglesa por *gender gap*. Mas, os especialistas ainda não conseguem interpretar completamente esta diferença entre mulheres e homens. No plano objetivo dos factos esta diferença, que importa reduzir, é bem nítida quando se compara o indicador à nascença: esperança de vida ao nascer para género feminino 82,3 anos; esperança de vida ao nascer para género masculino 76,4 anos. Há, portanto uma diferença de quase 6 anos. Isto é, as mulheres têm a probabilidade de viverem mais anos do que os homens.

No entanto, se esta medição da probabilidade de viver for estimada aos 65 anos de idade, já a diferença é muito menor. Há uma nítida redução de desigualdade. Note-se que no género feminino as mulheres aos 65 anos esperam viver mais 20 anos; os homens mais 17 anos. O *gap* é de 3 anos, enquanto ao nascer era o dobro.

A redução desta diferença seria desejável no plano da igualdade. Afinal não é justo que as mulheres sejam "fortes" por viverem mais tempo e que os homens, por fraquezas inexplicáveis, vivam menos anos.

\*Diretor-Geral da Saúde

# Género e envelhecimento: Perspetiva na área da segurança<sup>5</sup>

POR CARINA QUARESMA\*

Segundo os resultados do último Eurobarómetro sobre discriminação, realizado em 2012<sup>6</sup>, 17% dos europeus afirmaram ter sido alvo, nos últimos doze meses, de alguma forma de discriminação. A discriminação baseada na idade (*superior a 55 anos*) foi a tipologia mais mencionada (4%), seguindo-se a baseada na origem étnica (3%) e no género (3%)<sup>7</sup>. Em Portugal, a população residente com 65 ou mais anos representa quase um quinto (19%) de toda a população, sendo que por cada 100 jovens existem 128 pessoas com idade superior a 64 anos<sup>8</sup>. Entre 2001 e 2011 registou-se um aumento de 18,7% neste grupo etário, enquanto que na população em geral o aumento foi apenas de 2%, e na população mais jovem (com menos de 25 anos) ocorreu uma diminuição na ordem dos 13%. Considerando toda a população residente, as mulheres representam 52%, percentagem que se eleva para 58% quando se considera apenas o grupo etário dos 65 ou mais anos ou para 68% no caso do grupo com 85 ou mais anos<sup>9</sup>.

Por outro lado, 20% das pessoas idosas vivem sozinhas e 40% vivem exclusivamente com outra(s) pessoa(s) idosa(s). Em Portugal, 10% dos alojamentos familiares são habitados apenas por uma pessoa idosa, valor que em alguns municípios ascende por exemplo a 15% (Lisboa), realidade ainda mais acentuada em alguns municípios do interior do país (ex: Alcútem 25% e Penamacor: 24%).



Este progressivo envelhecimento da população a que estamos a assistir, a sua feminização, o aumento do número de pessoas idosas a viverem sozinhas, e, em paralelo, o peso das potenciais formas de discriminação em função da idade constituem quatro aspetos a ter em conta na (re)definição das políticas públicas, de modo a adequar cada vez mais as intervenções às necessidades e especificidades deste grupo populacional<sup>10</sup>.

As políticas na área da segurança interna não são exceção, a manutenção da ordem pública, a promoção do sentimento de segurança e a prevenção e intervenção em matéria criminal revestem-se de algumas especificidades junto deste grupo populacional.

Atendendo à especial vulnerabilidade da população idosa, o Ministério da Administração Interna (MAI) desenvolve desde 1996<sup>11</sup>, através das Forças de Segurança, o denominado Programa **Apoio 65 - Idosos em Segurança**, um programa de policiamento de proximidade orientado para a segurança desta população.



<sup>5</sup> As posições e opiniões veiculadas neste artigo são da exclusiva responsabilidade da autora, não refletindo necessariamente a posição oficial do Ministério da Administração Interna (MAI) ou da Direção-geral de Administração Interna (DGAI) sobre a temática.

<sup>6</sup> [http://ec.europa.eu/public\\_opinion/archives/ebs/ebs\\_393\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/public_opinion/archives/ebs/ebs_393_en.pdf).

<sup>7</sup> Na amostra portuguesa 12% dos/as inquiridos/as afirmou ter sido alvo de alguma forma de discriminação, 4% afirmou já ter sido discriminado com base na idade (mais de 55 anos), seguindo-se as situações relacionadas com a discriminação com base na origem étnica (2%) e deficiência (2%) 1% afirmou ter sido discriminado com base no género.

<sup>8</sup> Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) (Censos 2011).

<sup>9</sup> Cálculos elaborados com base nos dados do INE (Censos 2011).

<sup>10</sup> Por outro lado, implica naturalmente um reforço das políticas públicas conducentes a um aumento da taxa de natalidade e da esperança média de vida em especial nos homens.

<sup>11</sup> Despacho n.º 54/96, de 21 de outubro.



Através deste Programa as Forças de Segurança desenvolvem ações específicas de prevenção e intervenção junto desta população, entre as quais o reforço do patrulhamento dos locais públicos mais frequentados por idosos/as; o levantamento exaustivo das pessoas idosas que vivem isoladas e respetivas necessidades (referenciando-se as situações para as entidades locais mais adequadas em função dessas necessidades); o acompanhamento das situações de pessoas idosas vítimas de crimes; e a realização de ações de sensibilização/prevenção sobre crimes que afetam especialmente esta população (ex: burla, violência doméstica).

Estas intervenções contribuem ainda para fomentar a aproximação entre as Forças de Segurança (FS) e as pessoas idosas, de modo a criarem-se relações de confiança fundamentais para uma efetiva promoção da sua segurança.

Através da DGAI, e em parceria com as FS, estão a ser desenvolvidos alguns projetos que visam precisamente consolidar todo o caminho já percorrido pelo MAI neste domínio, através da promoção do conhecimento sobre a vitimação sobre a população idosa e o aperfeiçoamento da intervenção policial neste domínio. Entre estes projetos, salienta-se a elaboração de um relatório de caracterização da criminalidade registada pelas Forças de Segurança envolvendo vítimas com 65 anos ou mais; a produção de materiais/guias orientadores do trabalho realizado pelos profissionais das FS; e a conceção de uma metodologia de recolha e tratamento das sinalizações e ocorrências registadas no âmbito do **Programa Apoio 65**.

Estes produtos configuram o início de um caminho que se pretende sustentado e a longo prazo que passa por quatro eixos de intervenção: I) a Promoção do conhecimento sobre o fenómeno de vitimação sobre idosos/as; II) o Aperfeiçoamento técnico-policial da intervenção neste domínio; III) a Monitorização e avaliação do Programa; e IV) pela Consolidação de metodologias de trabalho em rede entre as várias instituições intervenientes (evitando-se que as articulações apenas funcionem devido ao empenhamento da pessoa x ou y).

Complementarmente será fundamental promover, nestes vários eixos de intervenção, a integração da perspetiva de género e o combate de alguns estereótipos baseados na idade. Estereótipos de género e de idade podem condicionar comportamentos relevantes, quer nas vítimas, quer nos/as agressores/as, quer nos profissionais que lidam com as situações.

A título exemplificativo, perante uma vítima de crime (ex: intra-familiar) de idade avançada, importa combater o estereótipo de que atendendo à sua idade (e/ou à do/a agressor/a) pouco ou nada se deve fazer para alterar a situação. Por outro lado, é fundamental ter em mente que essa vítima terá provavelmente também essa perspetiva, pois assim foi sendo socializada (*peçoas idosas são mais passivas do que ativas relativamente à reivindicação dos seus direitos e a partir de certa idade devem conformar-se à sua realidade*). Se esta vítima for mulher, podemos acrescentar a este cenário estereótipos relacionados com o poder e o papel da mulher na família. Assim, numa intervenção junto desta vítima importa transmitir mensagens de intolerância face à ocorrência criminal, desenvolvendo todas as diligências necessárias à respetiva intervenção policial, compreendendo e trabalhando ao mesmo tempo eventuais relutâncias que esta vítima possa manifestar em colaborar.

A preocupação com a promoção do bem-estar e segurança da população idosa é algo que transcende dias evocativos ou anos especialmente dedicados a este assunto. Não obstante, estas datas e períodos assumem um papel de especial relevo na promoção de novas medidas e iniciativas ou no reforço das já existentes, pelo que é fundamental reconhecer o mérito das iniciativas decorridas em 2012 no âmbito do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidariedade entre Gerações.

Foi também neste ano que foram publicados os produtos do projeto "*Género e envelhecimento: planear o futuro começa agora!*", amplamente abordado neste número da revista, dos quais se destaca o "Guia para as Forças de Segurança".

Importa agora manter a preocupação com esta área na agenda política e na intervenção diária de todos/as.

\* Técnica Superior da Direção-geral de Administração Interna  
(Área de Planeamento Estratégico);  
Conselheira suplente do MAI para a Igualdade de Género



## No Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade ENTRE GERAÇÕES: UMA REFLEXÃO SOBRE A SITUAÇÃO DAS MULHERES\*

Doris Lessing, mulher.sapo.pt

POR **SARA FALCÃO CASACA\*\***  
**SALLY BOULD\*\*\***

O tema do *envelhecimento ativo* tem vindo a ganhar relevo no espaço político europeu, num contexto marcado por preocupações de ordem financeira e orçamental. As baixas taxas de natalidade, o aumento da esperança média de vida, o crescimento do número de pessoas idosas, assim como o declínio na população ativa e nas contribuições fiscais, são vistos como fatores que exercem pressão sobre os sistemas de segurança social, saúde e pensões. No que diz respeito às pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos, o Conselho Europeu de Estocolmo (2001) definiu uma taxa de emprego total de 50% como meta a alcançar até 2010. Um ano mais tarde, a reunião de Barcelona veio reforçar os propósitos de prolongamento da vida ativa, explicitando que a idade média (efetiva) de reforma deveria aproximar-se dos 65 anos (aumento de cerca de cinco anos em relação à situação identificada em 2001). No plano do compromisso político, o debate desenvolve-se, assim, à margem de temas tão relevantes como a dignidade do emprego, as novas formas de organização do trabalho e a melhoria da qualidade de vida. Trata-se de questões que muito importaria integrar de modo transversal nas prioridades políticas de todos os estados-membros, mas que assumem ainda maior relevância naqueles países onde os modelos produtivos permanecem apegados a princípios tradicionais (como sucede em Portugal), assentando em trabalho intensivo, pouco

qualificado e remunerado, a braços com tarefas monótonas, simples, repetitivas e desprovidas de interesse intrínseco (resultados do último Inquérito Europeu às Condições de Trabalho/EUROFOUND). Nestas situações, envelhecer no ativo pode ser percecionado como sinónimo de prolongamento de condições de trabalho pouco ou para muitas trabalhadoras e trabalhadores, afigura-se como a única alternativa possível, dado que, sem a dilatação do ciclo de vida ativa, as pensões de reforma tenderão a ser (ainda mais) baixas. Esta é uma das situações que ajuda a explicar a participação laboral de 55,7% dos homens e de 43,5% das mulheres portuguesas com idades situadas entre os 55 e os 64 anos (valores que estão acima da média da UE27, sobretudo no que se refere à população feminina). A questão das baixas remunerações (e das magras reformas) permite também enquadrar a expressão do emprego no caso das mulheres com mais de 65 anos de idade; Portugal apresenta, logo depois da Roménia, o valor mais elevado do espaço europeu – 17,6% versus 5,6% na UE27 (escalão etário “65-74”, em 2010). Se é verdade que a geração jovem está mais sujeita à precariedade laboral e ao desemprego, é entre as pessoas de idade mais avançada que estas condições se revelam particularmente graves, dadas as dificuldades em encontrar um novo emprego. Em Portugal, a situação é bastante crítica: o desemprego de longa duração abrange praticamente três quartos das mulheres e dos homens desempregados com idades entre os 55 e os 64 anos, ao mesmo tempo que as mulheres dominam no grupo de pessoas “inativas desencorajadas”. Importa ponderar que esta questão, já por si muito preocupante, pode estar sujeita a um

maior agravamento em resultado dos programas de austeridade, das reformas nos sistemas laborais e de segurança social. Em Portugal, por exemplo, a maior facilidade no despedimento pode levar as entidades empregadoras a substituir pessoas de mais idade (com relações laborais estáveis) por trabalhadores e trabalhadoras com vínculos precários e salários mais baixos. Concomitantemente, os cortes nas compensações por despedimento, as reduções nas prestações sociais e no período coberto pelo subsídio de desemprego poderão contribuir para um agravamento da vulnerabilidade económica e social das pessoas desempregadas, empurrando-as para situações de pobreza persistente (condição que atinge particularmente as mulheres).

É conhecido o facto de a esperança média de vida à nascença ser superior na população feminina. No entanto, quando observamos a esperança média de uma vida saudável, Portugal regista um dos valores mais baixos da UE no que diz respeito às mulheres – 55,9 anos (contra o valor médio de 69,5 anos na Suécia, por exemplo). No caso dos homens portugueses, a esperança é superior – 58 anos (70,5 anos, na Suécia) (dados demográficos 2009, EUROSTAT). Estes números sugerem que as metas europeias descuram a diversidade existente entre os vários países em termos de condições de saúde e de qualidade de vida dos homens e das mulheres. É de relevar, a este propósito, que as orientações políticas em torno do envelhecimento ativo têm falhado na integração da dimensão de *género*. O aumento da esperança média de vida tem impactos diferenciados nas experiências das trabalhadoras e dos trabalhadores com mais de 55 anos de idade. As mulheres enfrentam agora uma maior probabilidade de terem pessoas idosas ao seu cuidado, sobretudo naqueles contextos onde escasseiam os equipamentos públicos e/ou estruturas formais de apoio à população idosa. O *envelhecimento ativo* acarreta, assim, novos desafios e tensões na vida de muitas mulheres, cujo quotidiano se reparte pelo cumprimento de responsabilidades várias, seja na esfera profissional, familiar (domínio onde são as principais prestadoras de cuidados a elementos progenitores e/ou a crianças mais pequenas – netos e netas), seja ainda na comunidade mais vasta. À exceção de um conjunto de boas práticas isoladas, em geral as políticas promotoras do envelhecimento ativo têm negligenciado áreas relevantes de apoio – desde a criação e disponibilização de equipamentos e serviços de assistência às famílias (tanto destinados a crianças como a pessoas dependentes) até às oportunidades de aprendizagem e qualificação. Acresce que, no que diz respeito às relações de género na esfera privada, pouco se tem empreendido na monitorização sistemática das assimetrias na repartição dos tempos, do trabalho doméstico e do cuidar, na avaliação dos custos económicos e sociais dessa desigualdade, e em medidas concretas no sentido da respetiva superação e da melhoria das condições de vida das mulheres. Figura-se oportuno adaptar a expressão utilizada pela filósofa e socióloga francesa Dominique Méda acerca da presente *revolução silenciosa*. Ao mesmo tempo que é exigido às mulheres que prolonguem o seu ciclo de vida laboral, a sociedade em torno permanece

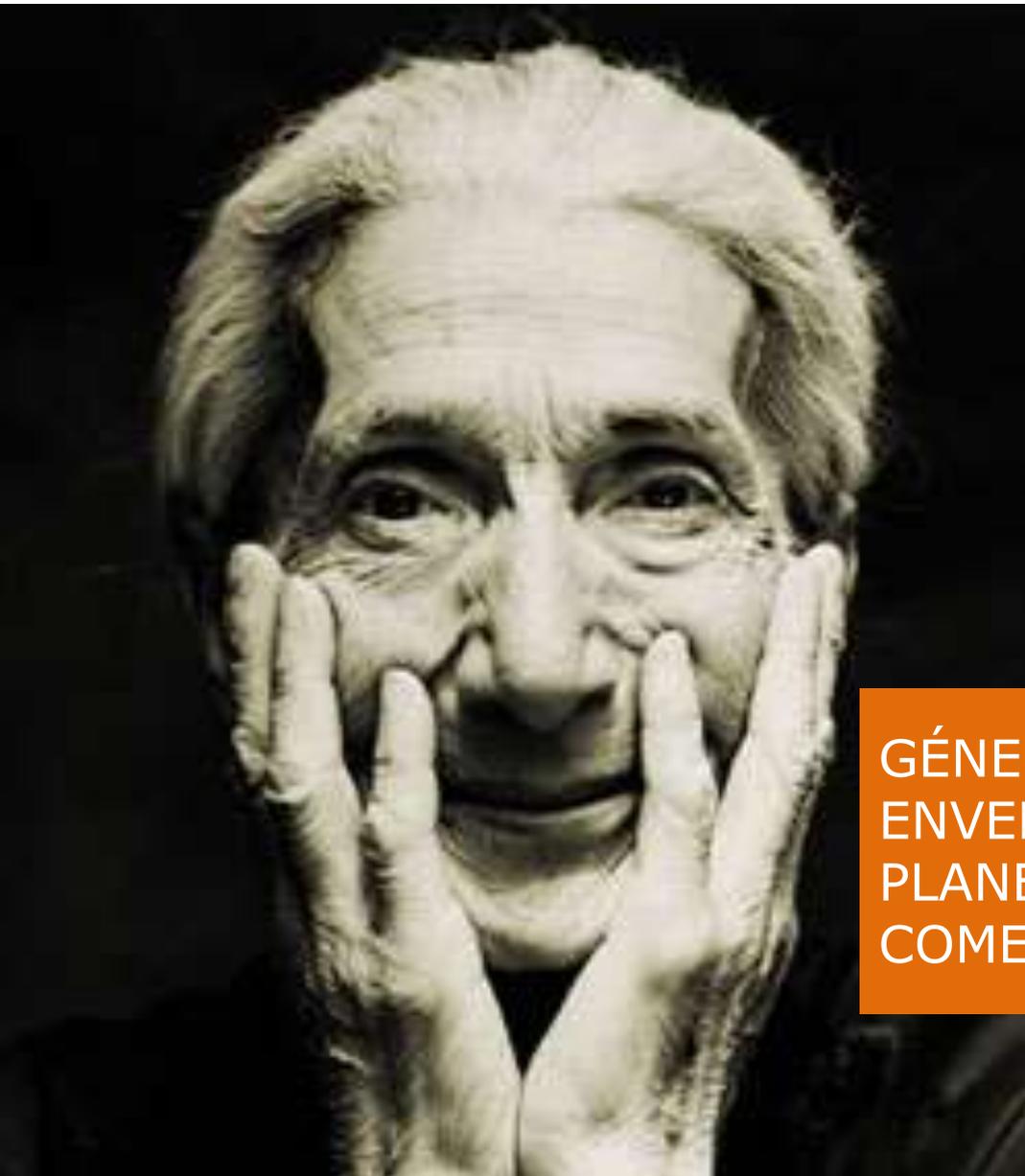
silenciosa e imobilizada perante os desafios suscitados por essa mudança. O atual contexto de retração do estado social e de austeridade incorre no risco de aprofundar esse *silêncio*.

\* Este artigo foi publicado no jornal Público, no dia 8/03/2012

\*\* Professora Universitária (ISEG-UTL) e Ex-presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).

\*\*\* Professora Emérita de Sociologia da Universidade de Delaware, EUA, e Investigadora Sênior do *Centre d'Etudes de Populations, de Pauvreté et de Politiques Socio-Economiques* (CEPS/INSTEAD), Luxemburgo.





## GÉNERO E ENVELHECIMENTO: PLANEAR O FUTURO COMEÇA AGORA!

[loucapaixao.bloguepessoal.com](http://loucapaixao.bloguepessoal.com)

**C**omo já foi referido, no âmbito do projeto *Género e Envelhecimento: planear o futuro começa agora!*, foram produzidas seis publicações de que se destaca o Estudo-diagnóstico que é acompanhado de Recomendações, numa edição autónoma.

Segundo a CIG «Estas recomendações destinam-se às pessoas que se encontram em situação de tomada de decisão, a qualquer nível, de carácter político ou técnico, visando apoiar a sua ação na promoção da integração da dupla dimensão género/idade nas políticas, programas, medidas e ações dos serviços da Administração Pública Central e Local cuja atuação se dirige ou incide sobre a população idosa»<sup>12</sup>

A publicação apresenta um conjunto de recomendações que abrangem diferentes domínios, nomeadamente, o da Saúde, o da Habitação, o da Educação e Formação, o do Trabalho e do Emprego, o da Proteção Social, o da Segurança e da Participação Social.

Reconhecendo a importância de todos os domínios destacaremos apenas:

### Recomendações de carácter geral

- Adotar, em todas as políticas, uma perspetiva de ciclo de vida, que reconheça o envelhecimento como processo.
- Privilegiar estratégias que potenciem as capacidades ao longo do ciclo de vida das mulheres e dos homens e aproveitem as valias de todas as pessoas em todas as idades. Isto passa, nomeadamente, pela revalorização e reconhecimento do valor social das mulheres.
- Estimular o envelhecimento ativo através da criação de condições de saúde, participação e segurança, de modo a reforçar a dignidade e a qualidade de vida à medida que as mulheres e os homens envelhecem.
- Garantir que as abordagens do envelhecimento ativo integram de forma sistemática e transversal a

<sup>12</sup> In Heloísa Perista (coord.), Pedro Perista, *Género e Envelhecimento: Planear o Futuro! Recomendações*, Lisboa, CIG, 2012, p.5.

perspetiva da igualdade de género.

- Adotar um Plano Gerontológico Nacional, que integre e considere as especificidades de mulheres idosas e de homens idosos, e que seja transversalizado pela perspetiva da igualdade de género.
- Reconhecer que os efeitos das políticas públicas e das reformas em curso não são neutros do ponto de vista do género.
- Reconhecer que as pessoas idosas não são um grupo homogéneo e que a diversidade das biografias individuais, marcadas nomeadamente pelo género, se mantém, e por vezes se acentua, na velhice.
- Respeitar a liberdade e reconhecer a vontade das mulheres idosas e dos homens idosos.
- Promover a auto-estima e o empoderamento das mulheres idosas e dos homens idosos, colocando a tónica na capacitação e não na incapacidade.
- Operacionalizar estruturas e serviços de forma a serem verdadeiramente acessíveis e inclusivos de homens e de mulheres mais velhos/as, com diferentes necessidades e capacidades.
- Reforçar a integração dos serviços sociais, de saúde, de segurança, etc., de natureza pública e privada, nomeadamente no âmbito do Programa Rede Social, no sentido de garantir uma adequada sinalização de casos, a articulação inter-institucional e uma resposta célebre e em tempo útil às necessidades e expectativas das mulheres idosas e dos homens idosos.
- Divulgar as experiências já existentes de integração de serviços como, por exemplo, a metodologia de Atendimento Integrado, reforçando e alargando a sua implementação a outros contextos territoriais.
- Sensibilizar os municípios e outras entidades públicas a nível local e regional para o planeamento e adaptação dos territórios – incluindo a dimensão dos acessos e das acessibilidades – às necessidades das mulheres idosas e dos homens idosos.
- Reforçar e alargar iniciativas que visem a promoção de cidades amigas das pessoas idosas.
- Avaliar o impacto, na ótica do género, na vida de mulheres idosas e de homens idosos, das práticas que têm sido implementadas a nível local.
- Mapear mulheres idosas e homens idosos a nível local, com vista à sinalização atempada de situações de risco, ficando esta informação acessível a todos os serviços e instituições com intervenção naquele território.
- Implementar um circuito privilegiado ao nível da justiça para garantia e proteção das mulheres idosas e homens idosos em situação de vulnerabilidade e/ou perda de capacidade de decisão, garantindo-lhes prioridade no acesso à justiça e celeridade nos processos.
- Garantir a recolha e divulgação de dados de diagnóstico e/ou de elementos de monitorização das políticas que cruzem simultaneamente as variáveis sexo e idade.
- Apoiar e financiar pesquisa científica no domínio do género e do envelhecimento.
- Estimular as possibilidades de retorno económico e social associado ao desenvolvimento de bens e serviços, nomeadamente de base tecnológica, adaptados a novas (e velhas) necessidades de mulheres idosas e de homens idosos, que promovam uma maior autonomia e participação.
- Promover uma cultura de respeito pelos direitos das mulheres idosas e dos homens idosos.
- Salvaguardar e promover, em particular, o direito à igualdade e não discriminação, nomeadamente em função do sexo e da idade, tanto das mulheres idosas como dos homens idosos.”

## **Recomendações no domínio da saúde**

- Criar condições para que os sistemas e serviços de saúde sejam sensíveis às diferentes necessidades de homens e mulheres, nomeadamente entre pessoas mais velhas.
- Capacitar, através de formação específica, os e as profissionais de saúde para uma maior qualificação do seu trabalho junto de mulheres idosas e homens idosos.
- Capacitar, através de formação específica, mulheres idosas e homens idosos para o auto-cuidado e para o papel de cuidadores/as.
- Criar condições para que, sempre que se justifique, os serviços intervenham de forma diferenciada relativamente a homens idosos e a mulheres idosas, dado que estes e estas são diferentemente afetados/as, por doenças e/ou incapacidades, e podem sofrer de limitações na vida quotidiana de diferente natureza.
- Criar condições para que os sistemas de saúde possam ser efetivamente acessíveis e eficazes, promovendo-se a prevenção e a deteção precoce de doenças, ajudando a um envelhecimento saudável, de modo a que mulheres e homens possam manter, por tanto tempo quanto possível, a sua saúde e autonomia.
- Maximizar a autonomia de mulheres idosas e homens idosos, através de uma crescente aposta em cuidados e serviços no domicílio.
- Promover o acesso de mulheres idosas e homens idosos a equipamentos de saúde na sua área de residência.
- Intervir concertadamente na mitigação das diferenças ao nível da esperança de vida saudável entre

mulheres e homens.

- Combater a violência contra as pessoas idosas, da qual as mulheres idosas são as principais vítimas.
- Promover respostas legais mais flexíveis e adequadas à situação de homens e mulheres mais velhos/as em situação de perda de capacidades ao nível psíquico e intelectual, nomeadamente em casos de institucionalização.
- Melhorar a informação em matéria de doenças sexualmente transmissíveis, como o VIH, dirigidas à população idosa, e em particular a mulheres idosas, e que visem a prevenção e a melhoria das condições de vida dos/das portadores/as, bem como dos/das seus/suas familiares.
- Tratar de forma adequada as mulheres e os homens de mais idade com problemas específicos em matéria de saúde sexual.
- Promover a discussão à cerca das estratégias sensíveis ao género, a desenvolver no âmbito geriátrico e gerontológico.

### **Recomendações no domínio da Habitação**

- Ter em linha de conta que muitas, e cada vez mais, pessoas idosas, em particular mulheres idosas, vivem sozinhas ou exclusivamente com outras pessoas idosas.
- Reconhecer que as pessoas idosas, e particularmente as mulheres idosas, são dos grupos mais vulneráveis no que se refere à privação material na componente habitacional.
- Ter em linha de conta que as alterações em curso ao nível do mercado da habitação, nomeadamente do mercado de arrendamento, terão impactos maiores, entre os homens idosos e, sobretudo, entre as mulheres idosas.
- Fomentar a flexibilização do mercado de habitação, no sentido de permitir um melhor e mais fácil ajustamento às necessidades das mulheres idosas e dos homens idosos.
- Estimular e apoiar adaptação das casas e dos espaços habitacionais às necessidades dos homens idosos e das mulheres idosas.
- Promover e divulgar programas e medidas que apóiem o conforto habitacional das mulheres idosas e dos homens idosos.
- Identificar e implementar soluções de alojamento para pessoas idosas que vivam em condições precárias e em situação de carência económica.

Qualquer uma das  
publicações pode ser  
solicitada nas  
instalações da CIG  
(Lisboa e Porto), ou  
através do telefone:  
217983000,  
fax: 217983098  
ou endereço eletrónico:  
cig@cig.gov.pt



adonisk.blogspot.com



Fátima Duarte



Teresa Chaves Almeida

## DUAS JURISTAS NA DIREÇÃO DA CIG

Desde o início de 2012, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) tem nova Direção<sup>13</sup>, Maria de Fátima Abrantes Duarte, no cargo de presidente, e Maria Teresa Pinto de Almeida Chaves Almeida, como vice-presidente.

Têm em comum o gosto pelas Leis e pela Faculdade de Direito de Lisboa, onde ambas se licenciaram. Para Fátima Duarte, há muito ligada às Questões de Género, a CIG não lhe é desconhecida, já que na segunda metade da década de 90 aqui foi jurista. Teresa Chaves Almeida tem um percurso profissional maioritariamente percorrido na área da defesa. Ambas com vasto currículo, destacam-se apenas alguns momentos das suas vidas profissionais.

**Fátima Duarte** é licenciada em Direito (1977), Mestre em Ciências Jurídicas (1984), e pós-graduada em Estudos Europeus (vertente jurídica, 1987), pela Faculdade de Direito de Lisboa. Tem, ainda, o Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP), 2008, do Instituto Nacional de Administração. A sua atividade profissional foi inaugurada na academia. Foi sucessivamente monitora, assistente estagiária e assistente na faculdade de Direito de Lisboa (1977/78 a 1992/93), nas disciplinas de Teoria Geral do Direito Civil, Introdução ao Estudo do Direito, Direito da Família, Direito das Sucessões, Direitos Reais e Direito Privado (Direito de Autor). Mantendo a qualidade de docente na Faculdade de Direito de Lisboa, foi, ainda, assistente na Faculdade de Direito de Bissau (91-93), nas disciplinas de Teoria Geral do Direito Civil, Direito do Trabalho e Direito da Família e das Sucessões. Em 1990/91 e em 1993/94, altura em que deixou a carreira académica, foi Professora auxiliar convidada na Universidade Internacional, na disciplina de Direito da propriedade Intelectual.

Em 1994, ingressou na Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), na Divisão de Assuntos Jurídicos, onde se dedicou, entre outras, à área da violência doméstica, incorporando o Serviço de Atendimento Jurídico. Desde 2000, passou a fazer parte do Quadro de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, como assessora jurídica, tendo sido Chefe de Divisão de Apoio Jurídico. Em 2006, é nomeada Presidente da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), cargo que ocupou até 2009. Na qualidade de Presidente deste organismo, será membro da Comissão do Livro Branco para as Relações Laborais, entre 2006 e 2007; membro do Comité Consultivo para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (União Europeia),

entre 2006 e 2009, e, ainda, membro da delegação portuguesa de apresentação dos 6.º e 7.º Relatórios Nacionais de Aplicação da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres ao Comité CEDAW (42.ª sessão), em novembro de 2008.

Com obra publicada, Fátima Duarte tem abordado diferentes temas, nomeadamente, o Direito da família, a violência contra as mulheres, a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, a proteção da maternidade e da paternidade e, ainda, a conciliação da atividade profissional com a vida familiar.

**Teresa Chaves Almeida**, igualmente licenciada em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa (1987), tem uma pós-graduação em «O Novo Contencioso Administrativo» (2004) e uma segunda pós-graduação em «Direito e Prática de Contratação Pública» (2009) ambas pela Universidade Católica Portuguesa. Em termos de formação profissional tem o Curso de Gestão e Administração Pública, o Seminário de Alta Direção e o Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP). Frequentou, ainda, diversos outros cursos, seminários e conferências nas áreas da gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, liderança, modernização administrativa e jurídica.

Teresa Chaves Almeida iniciou a sua atividade profissional como Advogada. Ingressou no Ministério da Defesa Nacional (MDN) onde desenvolveu intensa atividade e ocupou diferentes cargos, nomeadamente, o de Assessora Jurídica no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro e Consultora Jurídica na Auditoria Jurídica do MDN. Em janeiro de 2004, rumou até Macau onde foi Chefe de Recursos Humanos do Instituto de Ação Social de Macau e chefe do Departamento de Organização, Gestão de Recursos e Informática do mesmo Instituto. De novo em Portugal foi Directora dos Serviços de Administração e Gestão de Recursos Humanos da Secretaria Geral do Ministério da Defesa Nacional; Vice-Presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil; Secretária-geral-Adjunta do Ministério da Defesa Nacional e Inspetora na Inspeção-geral da Defesa Nacional. Antes de ocupar o seu novo cargo de Vice-presidente da CIG, Teresa Chaves Almeida era Secretária-Gera-Adjunta no Ministério da Educação.

<sup>13</sup> Despacho n.º 353/2012, de 12 de janeiro, com efeitos a partir de 9 do mesmo mês, publicado no Diário da República II série n.º. 9, p.1169.

## Atribuição do Prémio "Viver em Igualdade"

O Prémio *Viver em Igualdade* é uma iniciativa bienal promovida pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), no âmbito do IV Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não Discriminação, 2011-2013. O Prémio

visa distinguir municípios com boas práticas na integração da dimensão da Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, quer na sua organização ou funcionamento, quer nas atividades por si desenvolvidas. O Prémio consiste na atribuição de um certificado de mérito, destinado a ser usado na comunicação da autarquia, onde se atesta que o município referido é reconhecido como um dos melhores concelhos para viver em igualdade.

Em 2012, realizou-se a primeira edição deste Prémio, que ficou concluído com uma sessão pública de entrega dos Certificados aos municípios vencedores, que teve lugar no dia 24 de Outubro, às 17h00, no Palácio Galveias, em Lisboa, aproveitando-se, para o efeito, o Dia Municipal para a Igualdade, que pretende constituir-se como prática institucionalizada no dia 24 de outubro, dando cumprimento à medida 43 do IV PNI, que prevê a Instituição e divulgação o «Dia Municipal para a Igualdade».

Estiveram presentes a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais, o Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa, Paulo Simões Júlio, a Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, Fátima Duarte, bem como vários autarcas em representação dos municípios distinguidos com o prémio e menção honrosa.

O júri decidiu distinguir com o "Prémio Viver em Igualdade" os municípios de Abrantes, Montijo, Seixal e Valongo e, tendo em conta que esta se trata da primeira edição do "Prémio Viver em Igualdade", o júri entendeu também distinguir com uma menção honrosa os municípios de Águeda, Cascais, Ílhavo, Oeiras, Seia e Comunidade Intermunicipal do Oeste.

### Dia Municipal para a Igualdade

Para celebrar o Dia Municipal para a Igualdade, a CIG realizou a *Sessão prática sobre Planos Municipais para a Igualdade e prevenção e*



*combate à violência doméstica, destinada às/aos Conselheiras/os para a Igualdade e técnicos/as das Câmaras, membros de ONG representados nos Concelhos Locais de Ação Social e público interessado em geral, que decorreu no passado dia 26 de outubro, na Câmara Municipal do Seixal. A sessão contou com a presença de Alfredo Monteiro, Presidente da Câmara Municipal do Seixal, Fátima Duarte, Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e Corália Loureiro, Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, Modernização Administrativa e Ação Social. Elisabete Brasil da UMAR proferiu uma comunicação intitulada "Planos locais para a igualdade: um instrumento para a prevenção e combate à violência doméstica".*

### Assinatura de Protocolos de Cooperação entre a CIG e as Autarquias

No dia 25 de Outubro foram celebrados vários protocolos de cooperação com municípios. Seguindo uma lógica de descentralização, a Presidente da CIG esteve nas Caldas da Rainha, na sede da Comunidade Intermunicipal do Oeste onde foi celebrado o primeiro protocolo conjunto no âmbito autárquico. Na cerimónia foram assinados, em simultâneo, protocolos de cooperação com os 12 municípios da Comunidade Intermunicipal do Oeste: Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras; bem como com a Oeste CIM, entidade supraconcelhia, cuja sede, nas Caldas da Rainha, acolheu o evento. A Vice-Presidente da CIG deslocou-se, ainda, à região norte, onde foram assinados protocolos com os municípios de Paredes e Oliveira de Azeméis (ver pág.29).

# Prémio "Contra a MGF Mudar aGora o Futuro" 2012

## Iniciativa da CIG que se inscreve no II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital

### PRÉMIO "CONTRA A MGF – MUDAR aGora O FUTURO"

Realizou-se no dia 20 de dezembro, na Biblioteca da CIG a Cerimónia Pública para atribuição do Prémio "Contra a MGF – Mudar aGora o futuro", iniciativa da CIG que se inscreve no II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina. O 1º Prémio foi atribuído à Associação Balodiren que apresentou o projecto "Prevenção e Luta Contra a MFG" e o 2º Prémio pertenceu à Associação Morabeza com o projecto "Cantar Contra a Indiferença – Campanha Contra a MGF/C".

A criação deste prémio teve como objetivo apoiar e capacitar associações de imigrantes para uma participação ativa na luta contra a MGF, na certeza de que as relações de proximidade privilegiadas que estabelecem com as comunidades, bem como o conhecimento vivido das suas especificidades socioculturais, resultarão, por certo, em projetos de sensibilização mais eficazes sobre as consequências desta prática tradicional nefasta.

Esta abordagem entre pares produzirá seguramente bons resultados. Os projetos premiados vão ao encontro dos objetivos traçados pelo Programa de Ação, porquanto se propõem a intervir em contextos sociogeográficos com maior concentração de população migrante (e seus descendentes), proveniente de países onde a MGF se pratica.

Os projetos premiados, no âmbito deste concurso, são mais um contributo neste esforço de comunicação com a comunidade. O Prémio apresenta-se como mais um instrumento ao serviço da sociedade civil, em particular às estruturas que trabalham com a população migrante, que tem a vantagem de ser relativamente aberto, permitindo o desenvolvimento de propostas de ação ajustadas aos contextos e às especificidades quer das organizações promotoras, quer dos grupos-alvo.

O Grupo de Trabalho Intersectorial, responsável pela execução deste Prémio, tem vindo a envidar esforços no sentido de conseguir maior mobilização das associações de imigrantes para esta causa.

Estiveram presentes neste evento, entre outras personalidades, a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais, a Presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Fátima Duarte, a Alta Comissária para a Imigração e o Diálogo Intercultural, Rosário Farmhouse, e a Técnica da Direcção Geral da Saúde, Lisa Vicente.



## Assinatura do Protocolo

Associação de Estudantes da Guiné-Bissau  
Lisboa (AEGB-LISBOA)



Ainda durante a Cerimónia Pública para entrega dos Prémios contra a MGF, procedeu-se à assinatura do Protocolo entre a CIG, representada pela sua Presidente, Fátima Duarte, e a Associação de Estudantes da Guiné-Bissau em Lisboa (AEGB-

LISBOA), representada pelo seu Presidente, Ednilson dos

Santos. Este Protocolo assume os mesmos propósitos, dando resposta a uma Atividade que consta no II Programa de Ação para a Eliminação da Mutilação Genital Feminina. Trata-se da Atividade 9 da Medida 1 (Sensibilizar e Prevenir), que apela à criação de uma rede de trabalho que envolva estudantes (temporariamente residentes em Portugal) de países onde a MGF existe. O envolvimento da Associação de Estudantes da Guiné-Bissau em Lisboa será fundamental para o projeto de erradicação deste problema, não apenas porque se apresenta como interlocutora privilegiada junto de pessoas provenientes de países onde a MGF existe, mas também porque, na sua condição de estudantes que eventualmente retornarão aos seus países, pensa-se que poderão também aí assumir um papel importante na multiplicação da mensagem.

# Seminário Mulheres e Desporto,

Lisboa 29 de Novembro de 2012,  
Museu Nacional do Desporto

**R**ealizou-se, no passado dia 29 de Novembro de 2012, o Seminário “Mulheres e Desporto”. Este evento teve como principal objetivo a partilha do conhecimento sobre a perspetiva de género no desporto, proporcionando, desta forma, um momento privilegiado de sensibilização, de reflexão e de discussão sobre estas questões. De facto, a ideia subjacente a este seminário parte da premissa que, e apesar da participação das mulheres no desporto ter vindo a aumentar, tanto em número de praticantes, como em provas desportivas, muito há ainda a fazer, porque a igualdade de acesso não assegura por si só a igualdade de resultados entre mulheres e homens.

## Enquadramento, Conclusões e Recomendações:

**1.** As razões que levaram a realização do Seminário Mulheres e Desporto foram as seguintes:

1.1. A plena igualdade entre mulheres e homens tem de ser algo na prática da vida real e do quotidiano.

1.2. Pretende-se que haja um maior número de mulheres e raparigas a participar no desporto e a gozar dos benefícios que ele traz, assim como que seja valorizado o pleno envolvimento das mulheres em todas as dimensões da atividade física e do desporto (a prática desportiva, a direção e gestão, o treino, a arbitragem, o jornalismo, a educação e formação e a investigação).

1.3. A efetiva igualdade entre mulheres e homens no desporto constitui um fator de elevada importância para o desenvolvimento desportivo nacional.

**2.** Para o efeito foram estabelecidos os seguintes objetivos:

2.1. Desenvolver o conhecimento e a sensibilização dos agentes desportivos sobre a problemática do género e desporto.

2.2. Promover o debate e a reflexão sobre o tema com vista ao desenvolvimento e implementação de políticas que visem a efetiva igualdade entre mulheres e homens no desporto.

2.3. Contribuir para a melhoria das condições de participação e valorização do envolvimento das mulheres no desporto, através da análise de situações críticas e de casos de Boas Práticas.

**3.** O Seminário, para o efeito, foi estruturado do seguinte modo:

3.1. Sessão de Abertura e de Encerramento. A Sessão de Abertura integrou a Exposição “As Mulheres no Desporto”.

3.2. As Sessões de Trabalho compreenderam a realização de uma Sessão Plenária e mais três Painéis.

3.3. Assistiu-se, ainda, na Sessão de Abertura, à ratificação da adesão à Declaração de Brighton, documento exclusivamente sobre a temática Mulheres e Desporto, que marcou o ponto de partida de uma mobilização internacional com o objetivo principal de “desenvolver uma cultura desportiva que permita e valorize o pleno envolvimento das mulheres em todos os aspetos do desporto”.

**4.** As/Os intervenientes foram um total de 15 pessoas, sendo 13 mulheres e 2 homens, que apresentaram:

4.1. Onze comunicações, sendo 10 apresentadas por mulheres.

4.2. 3 moderadores/as e 1 comentadora.

**5.** As 11 comunicações versaram, face aos objetivos, sobre as seguintes matérias:

5.1. Contextualização da situação, nacional e internacional, das “Mulheres no Desporto” partindo duma perspetiva Cultural que estabeleça a relação entre o Género e o Desporto.

5.2. Análise da situação desportiva, nacional e internacional, das mulheres no desporto convencional bem como para as pessoas com deficiência/incapacidade.

5.3. Passou-se, de seguida, a divulgação das “Boas Práticas” e, por fim, debruçou-se na análise da participação das mulheres nos centros de decisão.

**6.** Concluiu-se, resultante das reflexões e dos debates, o seguinte:

6.1. É ainda notória a discriminação a que estão sujeitas as

mulheres no acesso ao desporto.

6.2. Existe, ainda, desigualdade na participação das mulheres no desporto, em geral.

**7.** Os/As participantes no Seminário Mulheres e Desporto, reconheceram:

7.1. O crescimento da participação das mulheres no desporto, enquanto praticantes e agentes desportivos, mas que continua a ser muito lento.

7.2. A melhoria no incremento das medidas políticas e legislativas, mas impõe-se a adoção de medidas que conduzam a práticas sociais que promovam uma efetiva igualdade no desporto, entre as mulheres e os homens, que concorram para o desenvolvimento desportivo nacional e, em suma, para o desenvolvimento humano e prosperidade do país.

**8.** As propostas e as recomendações foram as seguintes:

8.1. Combater a discriminação a que as mulheres estão sujeitas no acesso ao desporto.

8.2. Promover a igualdade de género no/e através do desporto.

8.3. Incentivar, com o suporte dos *media*, a uma ampla participação no desporto, e desde muito cedo, nomeadamente para as raparigas.

8.4. Incentivar a investigação.

8.5. Reforçar os Valores e as Boas Práticas de inclusão das mulheres no desporto e integra-los, nomeadamente, no Plano Nacional da Ética no Desporto (PNED).

8.6. Criar incentivos materiais e financeiros que promovam o crescimento do desporto no feminino.

8.7. Estabelecer uma articulação entre as diversas Entidades Públicas e Privadas que promovem e desenvolvem o desporto em geral e, particularmente, para as mulheres.

8.8. Estreitar e reforçar a cooperação internacional no domínio do desporto para as mulheres.

8.9. A adesão às Convenções e Organizações Internacionais, nomeadamente a “Declaração de Brighton 1994”, “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres – CEDAW”, Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (Pequim, 1995) e a International Working Group on Women and Sport.



### Rede Europeia WES

A CIG na qualidade de membro da Rede Europeia WES – The European Network to Promote Women's Entrepreneurship divulga a publicação sobre "O segredo do sucesso do empreendedorismo em 2012" da Direcção-Geral das Empresas e Indústria da C.E., com testemunhos de empreendedores e empreendedoras de sucesso em diversos setores de atividades.



### Guião de visitas

A CIG divulga o "Guião de visitas a entidades empregadoras com boas práticas em igualdade de género", desenvolvido pelo Grupo Temático da Igualdade de Género da Rede Nacional de Responsabilidade Social (REDE RSO.PT). Este instrumento tem por objetivo o combate à persistência das assimetrias entre homens e mulheres no mercado de trabalho e pretende potenciar a transferibilidade de boas práticas publicamente reconhecidas em matéria de igualdade de género para outras entidades.



### Prémio igualdade é qualidade

A Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) lançaram no dia 15 de outubro o **PRÉMIO IGUALDADE É QUALIDADE**, 10ª Edição, que se destina a distinguir empresas e outras entidades empregadoras com políticas exemplares nas áreas da igualdade entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional e na conciliação entre a vida familiar e profissional.



### A parentalidade e a multiculturalidade

A garantia da igualdade de género, na promoção da parentalidade e na conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal, surge na legislação laboral, numa perspetiva de fomentar a adaptabilidade e de facilitação da conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar dos trabalhadores e trabalhadoras. A parentalidade concretiza-se através de mecanismos de facilitação da conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, numa lógica de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, não apenas no que respeita ao emprego e às condições de trabalho, mas também, no quadro do exercício dos direitos da parentalidade. Neste contexto, a CIG e o ACIDI desenvolveram informação sobre a proteção na parentalidade para imigrantes oriundos de países que falam as seguintes línguas: francês, inglês, romeno, russo e chinês.

## Relações Internacionais e Cooperação:

### Participação no Painel de Direitos Humanos sobre Igualdade de Género nos DESC

O Painel de Direitos Humanos sobre Igualdade de Género no âmbito dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais foi promovido pela Alta Comissária dos Direitos Humanos, Navanethem Pillay, das Nações Unidas, no dia 20 de Setembro.

No âmbito do Conselho dos Direitos Humanos (CDH), em Genebra, foi consagrado um dia à integração da perspetiva de género nos trabalhos das Nações Unidas.

Na 19ª sessão do CDH, e conforme tem sido prática habitual, Portugal apresentou um projeto de resolução sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (DESC). Esta resolução, que foi aprovada por consenso, solicita que em 2012, no âmbito da próxima 21ª sessão do CDH, o dia anual dedicado à integração da perspetiva de género seja consagrado à realização dos DESC das mulheres, no contexto do seu empoderamento e da realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).

O Referido painel foi organizado pelo Alto Comissariado para os Direitos Humanos, pela Missão Portuguesa e pela Missão Chilena (país responsável pela criação deste dia anual através da resolução CDH 6/30). Esteve presente, enquanto oradora, e a convite da Alta Comissária, a Presidente da CIG, Fátima Duarte.

### Execução do Protocolo de Cooperação assinado entre a SEAPI e a SEP de Timor-Leste

No âmbito do Protocolo de Cooperação assinado entre a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade e a Secretaria de Estado da Promoção da Igualdade de Timor-Leste, Portugal acolheu, durante três meses (Setembro a Novembro), 2 Técnicas de Timor-Leste (da SEPI), para realização de um Estágio Profissional.

O objetivo incluiu a preparação de um currículo em igualdade de género bem como a formação das 2 Técnicas na área da administração pública central e local.

Este estágio foi coordenado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e contou com a parceria da Câmara Municipal do Seixal.

### Reunião do Fórum da Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento

A convite do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Luís Brites Pereira, a CIG participou, no dia 12 de julho, no Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento, que teve como ponto de agenda – A Estratégia da Cooperação Portuguesa (período 2011 – 2015).

### Resolução sobre Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres

Foi aprovada, pelo Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido em Maputo, na sua XVII Reunião Ordinária, no dia 19 de julho, uma Resolução sobre a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres. Esta Resolução foi proposta por Portugal.



## Plano Nacional para a implementação da RCSNU 1325 – PNA 1325

Destacam-se duas iniciativas do Grupo de Trabalho do PNA 1325, para concretização do objetivo específico 1.2 — Promover a participação das mulheres e a inclusão da dimensão da igualdade de género em missões de apoio à paz e segurança.

A primeira teve lugar no dia 17 de julho, e consistiu na realização de um Seminário sobre a “Participação das mulheres das Forças Armadas em Missões Internacionais”, organizado pela CIG e pelo Ministério da Defesa Nacional. Este evento contou com a participação de 122 participantes.

Nesta linha, foi realizado, no dia 18 de dezembro, um segundo Seminário sobre “A Participação de Mulheres de Forças de Segurança e de Organismos do Ministério da Administração Interna em Missões Internacionais”, organizado pela CIG e pela Direção-Geral de Administração Interna. Este evento contou com 88 participantes.

Ambos os eventos foram realizados no Auditório do Edifício Novo da Assembleia da República.



### JOANA MARQUES VIDAL

Procuradora Geral da República

No dia 12 de Outubro, Joana Marques Vidal tomou posse como Procuradora Geral da República, tornando-se a

primeira portuguesa a ocupar este cargo.

Vale a pena recordar que Regina da Glória Pinto de Magalhães Quintanilha de Sousa e Vasconcelos foi a primeira mulher a frequentar (ano letivo de 1910-1911) a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. A iniciativa foi tão inesperada que o Conselho Universitário, da referida Universidade, reuniu para decidir sobre o ingresso de um aluno do sexo feminino. Regina Quintanilha revelou-se aluna brilhante. Foi, precisamente, a primeira advogada portuguesa, começando a exercer em 1913, no Tribunal da Boa-Hora, e no exercício do foro fez carreira.

Depois dela, mesmo ao longo do advento do Estado Novo que foi estabelecendo impedimentos formais e informais, algumas mulheres foram percorrendo um caminho na advocacia; é assim que, na segunda metade da década de 70, num total de 2.969 advogados inscritos na Ordem, 232 (7,8%) eram do sexo feminino<sup>14</sup>. Não será demais recordar que, embora as mulheres pudessem obter a licenciatura em Direito, e fazer profissão, estava-lhes vedado o acesso à magistratura. Imposição que só se veio a alterar com a Revolução de Abril, com a publicação do Decreto-Lei nº. 492/74, de 27 de Setembro<sup>15</sup>. 38 anos depois, uma mulher torna-se na figura máxima do Ministério Público. A nomeação do primeiro procurador-geral da Coroa, o conselheiro Baptista Felgueiras, ocorreu em 1833, seguiram-se-lhe dezassete<sup>16</sup> até aos dias de hoje em que o cargo é ocupado, pela primeira vez, por uma mulher, Joana Marques Vidal. A Procuradoria-Geral da República é o órgão superior do Ministério Público<sup>17</sup> que abarca o Procurador-Geral da República, o Conselho Superior do Ministério Público, o Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, os auditores jurídicos e os serviços de apoio técnico e administrativo. O mandato deste cargo tem a duração de seis anos<sup>18</sup> e assenta na dupla confiança do Governo e do Presidente da República.

É, pois, com profundo significado histórico que a CIG acolhe a nomeação de Joana Marques Vidal para Procuradora-Geral da República.

<sup>14</sup> *Mulheres Portuguesas. Vidas e Obras celebradas – Vidas e Obras ignoradas*, Lisboa, CIDM, 1991, p.112.

<sup>15</sup> Da mesma forma passam as mulheres a ter acesso a todos os cargos da carreira administrativa local, através do Decreto-Lei nº. 251/74, de 12 de Junho e à carreira diplomática, através do Decreto-Lei nº. 308/74, de 6 de Julho. In, *Igualdade de Género em Portugal 2010*, Lisboa, CIG, 2011, p.31.

<sup>16</sup> Aguiar Ottolini (1838), Martens Ferrão (1868), Cardoso Avelino (1886), Cardoso Machado (1890), Hintze Ribeiro (1891), Sequeira Pinto (1892), António Cândido (1898), Manuel de Arriaga (1910), Azevedo e Silva (1912), Henrique Gois (1929), Francisco Caeiro (1943), Furtado dos Santos (1969), Pinheiro Farinha (1974), Arala Chaves (1977), Cunha Rodrigues (1986), Souto Moura (2000) e Pinto Monteiro (2006).

<sup>17</sup> artigo 9.º, n.º 1 do EMP

<sup>18</sup> Artigo 220º, n.º 3, da Constituição da República, na redação da Lei Constitucional n.º 1/97, de 20 de Setembro.

N-VDVG

EM VOSSA  
DEFESA,  
DÊ UM MURRO  
NA MESA.



# Jornadas Nacionais Contra a Violência Doméstica

POR MARTA SILVA

**P**or ocasião das comemorações do dia 25 de novembro – Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres – decorreram, entre 15 de novembro e 15 de dezembro, as “Jornadas Nacionais Contra a Violência Doméstica”.

Durante um mês, foram levadas a cabo diversas iniciativas, com enfoques nas múltiplas áreas em torno da problemática da Violência Doméstica, envolvendo diferentes setores da sociedade e promovendo tempos e espaços de reflexão conjunta sobre as causas da persistência da violência no contexto familiar, que afeta particularmente as mulheres, bem como sobre as estratégias de intervenção.

Foram envolvidas nestas Jornadas as áreas da Segurança, da Justiça, da Saúde, da Educação, da Segurança Social, do Emprego e da Cooperação, com países e organizações internacionais, universidades e organizações não-governamentais, numa multiplicidade de iniciativas que, no seu conjunto, visaram colocar a violência doméstica e de género no centro das atenções do debate público.

As atividades promovidas organizaram-se em torno de quatro áreas temáticas: Segurança e Justiça, Cooperação, Políticas Sociais e Educação.

Na primeira destas áreas – Justiça e Segurança – destacam-se diversas ações de sensibilização sobre Violência Doméstica dirigidas a reclusos e reclusas de vários Estabelecimentos Prisionais de todo o país; o Seminário “Atendimento especializado às vítimas de Violência Doméstica pelas Forças de Segurança”, que se realizou no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna; a formação sobre Violência Doméstica dirigida a Magistrados, e ainda a visita da Ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, e da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Teresa Morais, ao Centro de Monitorização do Sistema de Vigilância Eletrónica, da Direção-geral da Reinserção e Serviços Prisionais.

Na área da Cooperação, destaque-se a Conferência Internacional “Combate a todas as formas de violência de género”, que decorreu, durante dois dias, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e que contou com a presença de vários/as representantes de organizações internacionais e de países de expressão portuguesa. Com esta conferência pretendeu-se ainda dar voz às organizações da sociedade civil portuguesa, na sua dimensão de transnacionalidade, convidando-as a partilhar a sua experiência em projetos de cariz internacional e a refletir sobre as mais-valias que esse envolvimento traz para a sua prática.

Ainda nesta área, destaquem-se as iniciativas levadas a cabo por diversos municípios – como Loures e Seixal – com enfoque não só nas atribuições das autarquias

em matéria de Violência Doméstica, mas também sublinhando e refletindo sobre o papel das abordagens multidisciplinares e em rede que a experiência tem vindo a evidenciar como indispensáveis para uma intervenção eficiente e sustentada.

Na área das Políticas Públicas – Saúde, Emprego e Segurança Social – pretendeu-se estimular a discussão sobre as estratégias de intervenção ao nível destes três macrossistemas e o modo como as políticas públicas se repercutem noutros níveis de intervenção, como o comunitário e o individual.

No seminário “A intervenção da saúde na prevenção, deteção e resposta à violência doméstica”, que se realizou no Hospital Beatriz Ângelo, discutiu-se essencialmente o papel dos/as profissionais de saúde e das políticas de saúde para que os estabelecimentos de saúde – hospitais e cuidados de saúde primários – se constituam como portas de entrada e de intervenção, cada vez mais capacitadas, junto de vítimas de violência doméstica.

Por seu turno, no seminário “Apoios sociais às vítimas de violência doméstica” apresentou-se e refletiu-se um conjunto de iniciativas/medidas – emprego, habitação, acolhimento institucional – que visam, em momentos diferentes, a (re)inserção socioprofissional da vítima de violência doméstica e a (re)construção do seu projeto de vida, longe da relação abusiva.

Na área da Educação – e reconhecendo o papel fulcral que a prevenção primária assume na erradicação de atitudes e comportamentos promotores de violência e de estereótipos, essencialmente em torno dos papéis de género, que sustentam e legitimam socialmente o exercício de poder, controlo e violência de um ser humano sobre outro – a par do seminário “A importância da escola na prevenção e na luta contra a violência”, que se realizou na Escola Secundária de Montemor-o-Novo, foram levadas a cabo diversas sessões de discussão e de apresentação de trabalhos científicos, designadamente sobre os comportamentos e atitudes da população juvenil face à violência nas relações amorosas.

Sendo certo que em todo o país se multiplicaram as iniciativas – por parte de entidades públicas e privadas – sublinhe-se ainda a formação junto das Forças de Segurança – Polícia de Segurança Pública e Guarda Nacional Republicana – num total de 6 ações; a formação dirigida a jornalistas, sobre o papel dos *media* na produção de notícias sobre violência doméstica, com especial enfoque no homicídio conjugal; as atividades promovidas pelos 10 Núcleos que integram a Rede Nacional de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e ainda a sessão de trabalho sobre Planos Municipais para a Igualdade de Género e Contra a Violência de Género/Doméstica, realizada em Santarém.

Ainda no curso das Jornadas Nacionais, foi lançada, no Auditório do Hospital de Santa Maria, a Campanha Nacional Contra a Violência Doméstica, este ano com enfoque no impacto da violência doméstica nas crianças que a ela assistem. Sob o lema “Em vossa defesa, dê um murro na mesa”, exorta as mulheres/mães vítimas de violência doméstica a pôr um fim à relação abusiva, por si e pelos/as seus/suas filhos/as.

# I Breve Evolução Histórica do crime de violência doméstica

POR NUNO GRADIM

Um longo caminho tem sido trilhado na vertente da violência de género, quer ao nível nacional como internacional.

Nestes últimos tempos é merecedor de destaque a *Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica*, também conhecida como Convenção de Istambul.

Portugal foi o primeiro estado membro da União Europeia a ratificar essa Convenção. O debate ocorreu na Assembleia da República, a 12 de dezembro, e a votação, por unanimidade, aconteceu dois dias depois.

Este instrumento internacional sublinha a violência contra as mulheres como uma grave violação dos direitos humanos, atribuindo aos Estados a responsabilidade de proteger as vítimas e punir os agressores. Diversos tipos de violência são enumerados, alguns dos quais não têm ainda enquadramento nos ordenamentos jurídicos de muitos países, como é o caso do *stalking*.<sup>19</sup>

Em Portugal, a violência de género, perspetivada na sua vertente jurídica, densificou-se ao longo dos anos, contribuindo para uma abordagem mais abrangente e complexa, indo ao encontro de uma realidade multifacetada que se encontra bem espelhada nesta Convenção de Istambul.

Entre as diversas formas de violência de género existentes, será importante proceder a uma análise mais específica de determinadas formas da sua expressão, como são o caso da violência doméstica e tráfico de seres humanos. A escolha destas duas manifestações de violência de género encontra-se justificada porque, ao nível de políticas estratégicas, assumem-se numa visão programática e que encontra eco nos Planos Nacionais contra a Violência Doméstica e contra o Tráfico de Seres Humanos.

Neste primeiro artigo será abordada, de uma forma breve, a evolução histórica do crime que atualmente se designa como violência doméstica (epígrafe introduzida pela Lei nº 59/2007, de 4 de Setembro).

A violência conjugal (para delimitar o objeto deste texto) sempre se assumiu como a realidade mais visível quando se afluavam as questões da violência de género.

O Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei nº 400/82, de 23 de Setembro, previa, no seu artigo 153º nº3, uma pena de prisão de 6 meses a 3 anos, a quem infligisse maus tratos físicos ao seu cônjuge, ou o tratasse cruelmente ou não lhe prestasse os cuidados ou assistência à saúde. Este artigo tinha como epígrafe "Maus tratos ou sobrecarga de menores e de subordinados ou entre cônjuges". O artigo 153º delimitava uma série de situações, quer por ação como por omissão, caracterizadas pelas relações existentes

entre autor e vítima (crime específico). No que diz respeito à descrição típica da conduta ilícita, a redação da norma em análise pressupunha uma ideia de reiteração e de continuidade ou, pelo menos, de intensa gravidade. Em relação ao elemento subjetivo, o tipo legal exigia que os maus tratos revelassem "malvadez ou egoísmo" e, decorrente dessa posição, a esmagadora maioria da jurisprudência apelava à existência de dolo específico. Esta posição, no decurso das alterações posteriores, foi sendo alterada.

Posteriormente, com o Decreto-Lei nº 48/95, de 15 de Março, que procedeu à revisão do Código Penal, o artigo enquadrador da violência doméstica passou a ser o 152º e constituiu um marco em termos dos seus elementos tipificadores. Com efeito, incluíram-se os maus tratos psicológicos, a sua moldura penal foi agravada (1 a 5 anos) e passou a abranger situações análogas às dos cônjuges. O crime, contudo, passou a ser considerado como semipúblico.

Por via da Lei n.º 65/98, de 2 de Setembro, o artigo 152º do Código Penal foi alterado, passando a possibilitar que o Ministério Público pudesse dar início ao procedimento se o interesse da vítima o impusesse não existindo oposição do ofendido antes de ser deduzida a acusação.

Com a Lei nº 7/2000 de 27 de Maio, nova alteração foi introduzida, com a previsão das situações de maus tratos físicos ou psíquicos a progenitor de descendente comum em 1º grau.

Compulsando a última redação, operada pela Lei nº 59/2007, de 4 de Setembro, constata-se que um longo percurso legislativo foi realizado, refletindo a realidade e as responsabilidades que o Direito tem para com a sociedade em geral e para com as questões da igualdade de género em particular.

Para além das situações de maus tratos físicos e psicológicos, inclui nas condutas de violência doméstica, castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais, realçando que todas essas condutas podem ser reiteradas ou não.

Entre os aspetos mais importantes a realçar com esta última alteração, destaca-se a sua aplicabilidade a relações presentes mas igualmente passadas. Com efeito, as relações entre o agente e a vítima são ampliadas, abrangendo também os casos de ex-cônjuge ou situações em que tenha havido uma relação análoga à dos cônjuges. Nestes casos, a obrigatoriedade de coabitação cessa, permitindo ampliar o escopo deste artigo para situações de namoro.

Refere igualmente, de uma forma clara, que o crime de violência doméstica aplica-se a casos de pessoas de outro ou do mesmo sexo.

A moldura penal, no seu limite mínimo, agrava-se se o agente praticar o facto contra menor, na presença de menor, no domicílio comum ou no domicílio da vítima (pena de prisão de dois a cinco anos).

Esta evolução reflete claramente que as políticas criminais, centradas em certas tipologias, impõem uma evolução do *ius puniendi* do Estado, quer quanto às condutas puníveis, como quanto às finalidades da sua punibilidade.

<sup>19</sup> Ver *Notícias* 86/2012, p.27.

# Violência contra Mulheres Idosas

POR ISABEL NEVES

O tema da violência contra mulheres idosas só muito recentemente entrou na agenda política. A violência doméstica e mais concretamente a violência nas relações de intimidade afeta particularmente as mulheres e em especial um grupo vulnerável - as mulheres idosas. O género e o envelhecimento são assim fatores atuantes nas situações de desigualdade e discriminação.

Apesar da esperança de vida ser mais elevada para as mulheres do que para os homens, as condições e a qualidade de vida das mulheres idosas apresentam maiores défices quando comparadas com as dos homens idosos. O estado de saúde das mulheres (também ele mais precário do que o dos homens), é frequentemente pautado pela doença crónica e por crescentes níveis de incapacidade o que contribui para uma dependência multiníveis e é fator de vulnerabilidade acrescida. Há ainda a salientar que como resultado de relações de género desiguais, as mulheres idosas têm frequentemente menos qualificações académicas e profissionais, o que contribui frequentemente para condições socioeconómicas de maior desvantagem.

Por outro lado, fatores socioculturais muito interiorizados nestas mulheres conduzem a uma maior dificuldade em reconhecer os seus direitos e em procurar apoio, o que tem como consequência a manutenção do secretismo associado à violência. Esta situação é ainda agravada pelo fato de muitas das vezes o/a agressor/a ser a pessoa que lhe presta os cuidados e assim, o denunciar da situação pode significar a perda do único vínculo relacional (e afetivo) mesmo que maltratante.

As estatísticas disponíveis apontam para uma taxa global de violência contra as pessoas idosas que se situa entre os 6% e os 9%. Dados do MAI referentes ao ano de 2011 apontam para valores na ordem dos 4,3% referentes a vítimas no escalão etário entre os 65 e os 75 anos e 2,6% relativos a vítimas com 75 anos ou mais. Sabemos que estes dados dizem apenas respeito às ocorrências participadas às Forças de Segurança, e assim sendo, não refletirão seguramente a realidade, até porque estas vítimas face às demais apresentam maior dificuldade em reconhecer-se como vítimas, em denunciar os maus-tratos e em procurar os serviços de apoio.

No Serviço de Informação a Vítimas de Violência Doméstica (SIVVD -800 202 148) no ano de 2010, das 2072 situações atendidas e relacionadas com violência doméstica, 160 reportavam-se a situações onde a vítima apresentava uma faixa etária igual ou superior a 65 anos.

Estes dados sustentam a nossa preocupação e o nosso enfoque especial para este grupo particular de vítimas, até porque as mulheres idosas apresentam muitas das vezes processos longos de vitimação na esfera da conjugalidade, e na velhice estarão mais vulneráveis a

outras formas de violência, nomeadamente a perpetrada pelos/as filhos/as ou pelos prestadores/as de cuidados.

Todos estes fatores de vulnerabilidade associados a fatores socioeconómicos, de saúde e de incapacidades várias tornam este grupo prioritário no que toca à intervenção e também à formação dos/as profissionais, até porque muitas das respostas adotadas no apoio às vítimas de violência doméstica, podem não ser totalmente adequadas a este grupo específico.

Sendo sensível a todos estes argumentos, o IV Plano Nacional Contra a Violência Doméstica, enquanto estratégia nacional de prevenção e combate a este fenómeno integra medidas que colocam o enfoque neste grupo de vítimas que se encontram em situação de especial vulnerabilidade - as mulheres idosas (nomeadamente as Medidas 23 e 42).

São fundamentais todos os projetos, estudos e investigações que se façam na área da violência contra as mulheres idosas pois contribuirão certamente para aumentar o debate e a visibilidade deste fenómeno, sendo também um motor no empoderamento destas vítimas ainda muito silenciadas e ocultas, a que importa dar voz.

## Violência Doméstica nos Idosos, "Quebre o Silêncio"

Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência de Portalegre

**A Violência Doméstica nos Idosos**

**Os seus sinais de violência não demoram os agressores porque sabem:**

- Ser responsabilizados pela violência;
- Poder o maltrato, mesmo que esse seja o agressor;
- Ter os seus próprios recursos que não são;
- Poder os próprios recursos;
- Ser controlados pelas atividades;
- Esquecer gradualmente o seu passado;
- Não poder receber os cuidados de violência.

**Estão serviços disponíveis a quem, tal como:**

- O Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Portalegre (241 306 971);
- A Linha Nacional de Emergência Social (140);
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (214 094 271);
- A Linha Telefónica de Informação às Vítimas de Violência Doméstica (808 202 148);
- A Linha do Cidadão Idoso (808 209 311);
- E a Fundação de Segurança Social (10096, 141 406 120 e PMP, 241 306 620).

**Quais são os tipos de abuso mais frequentes pelos idosos?**

- O abuso físico;
- O abuso emocional ou psicológico;
- A negligência material ou financeira;
- O abuso sexual;
- A negligência;
- O abuso verbal.

**Não está sozinho, peça ajuda!**

**Violência Doméstica nos Idosos**

**Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica do Distrito de Portalegre**

Com Vítimas Responde - Distrito de Portalegre  
Avenida 11  
1090-017 Portalegre

Telefone: 241 306 971 | Fax: 241 306 620  
E-mail: nva@portalegre.gov.pt



World Press Carton

O Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica de Portalegre (NAVVD) é um serviço de âmbito distrital, que conta com a direção da Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação de Portalegre, sendo a sua criação, no ano de 2009, o culminar de dez núcleos por todo o país no combate ao flagelo da violência doméstica.

Um dos pilares da nossa intervenção, para além do apoio direto às Vítimas, é a sensibilização e informação sobre este colossal problema de saúde pública, a violência doméstica.

Sendo 2012 o Ano Internacional para o Envelhecimento Ativo, o NAVVD não quis deixar de assinalar, tal como em anos precedentes, o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, 25 de novembro, desta vez com algumas ações dirigidas aos mais idosos. Assistimos a um país cada vez mais envelhecido e consideramos esta uma faixa etária muitas vezes esquecida e desvalorizada na nossa sociedade.

Neste sentido foi lançada, no dia 19 de novembro, uma campanha de sensibilização, prevenção e combate ao flagelo da violência doméstica contra os idosos, denominada de "Quebre o silêncio", com a publicitação da Rádio Portalegre. Paralelamente foram distribuídos *flyers* sobre a problemática por todo o distrito com o apoio dos parceiros locais do NAVVD, garantindo desta forma que a informação fosse disseminada por toda a população.

No dia 23 de novembro foi realizada uma ação de formação dirigida aos Idosos dos Centros de Dia do Concelho de Portalegre que se realizou na Santa Casa da Misericórdia de Portalegre, mostrando-se desta forma envolvida em abrir as suas portas a estas iniciativas.

A formação intitulada "Violência Doméstica nos Idosos" teve como principais objetivos explicar aos idosos o que é a violência doméstica e concretizar a violência doméstica perpetrada aos idosos; identificar os tipos de violência a que estão sujeitos; enunciar alguns sinais que podem identificar uma vítima; sensibilizar para a denúncia e expor os serviços existentes com intervenção nesta problemática e alguns procedimentos caso sejam vítimas de violência doméstica ou tenham conhecimento de alguma situação.

Beneficiaram desta ação de formação não só os utentes dos Centros de Dia (beneficiários diretos), como também a rede social em que estes se encontram inseridos, como por exemplo a vizinhança.

No final da formação foi distribuído um Kit com algum material sobre a problemática, tendo o apoio de pastas e canetas do Banco Português de Investimento (BPI) e promovido um espaço de convívio com a realização de um lanche para todos os participantes da formação, bem como para os utentes da resposta social lar.

Os beneficiários da formação na sua maioria acharam pertinente a realização deste tipo de ações, tendo a mesma superado as suas expectativas iniciais, mostrando disponibilidade em participar noutras ações semelhantes.

Consideramos essencial concentrar sinergias entre os vários serviços com intervenção nesta área para um combate célere e eficaz na problemática, tendo em conta que a violência nos idosos, perpetrada pelos seus familiares e cuidadores, está a ganhar visibilidade na nossa sociedade.

## Formação

A DRN tem vindo a desenvolver um vasto conjunto de ações de formação sobre a temática da Violência Doméstica, tendo como público-alvo técnicos/as de diferentes áreas do saber que, direta ou indiretamente, lidam nos seus contextos profissionais com vítimas deste crime.

A experiência acumulada ao longo destas ações tem promovido um sedimentar de conhecimentos e imprimido uma adequabilidade dos conteúdos temáticos de acordo com os diferentes grupos, tornando-os processos formativos extremamente dinâmicos.

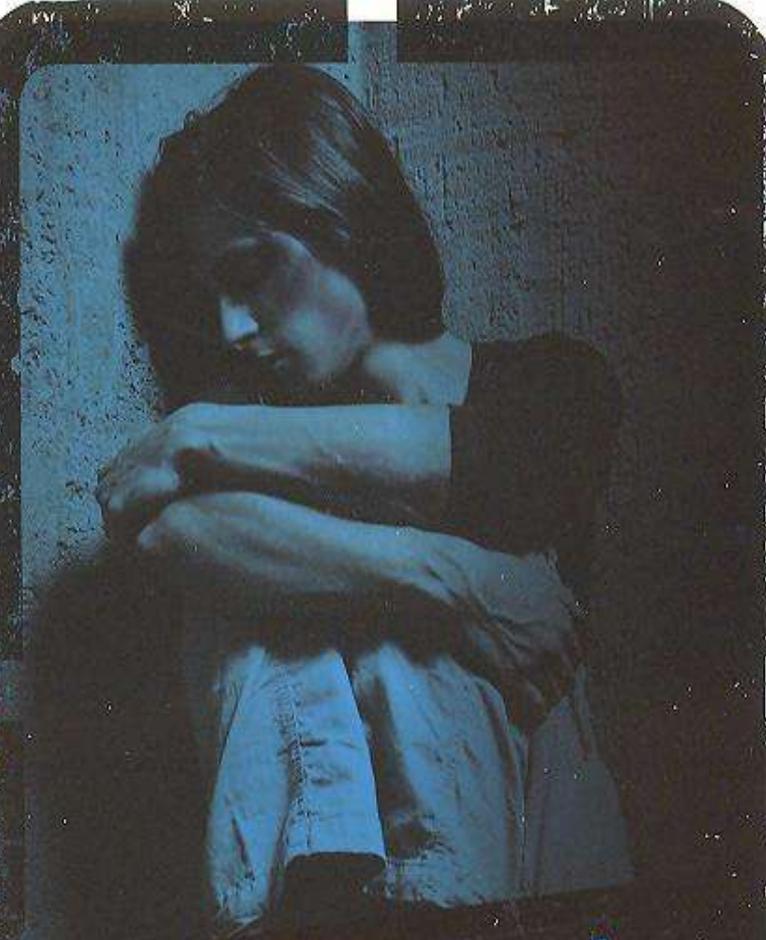
No 2º semestre de 2012 a DRN dinamizou ações de formação dirigidas a profissionais de saúde (Centro Hospitalar do Porto – Maternidade Júlio Dinis) e profissionais da área social (técnicos/as de serviço social, psicólogos/as, educadores/as sociais) colaborando ainda com outros momentos formativos incluídos em iniciativas conjuntas de diferentes entidades, destacando a este nível a formação dirigida a forças de segurança no âmbito das jornadas nacionais contra a violência doméstica.

A equipa formativa que dinamizou as ações foi composta por 3 técnicos/as superiores da Delegação com formação nas áreas de Psicologia e Direito – Susana Mota, Nuno Gradim e Teresa Carvalho. Por parte destas equipas foram utilizadas metodologias expositivas e ativas, com recurso a diferentes dinâmicas.

A análise das avaliações efetuadas pelos/as formandos/as aponta-nos para o consenso nos grupos quanto ao reconhecimento de que estas formações foram momentos importantes para a aquisição de novas aprendizagens, o que reforça o alcançar de um objetivo transversal a toda e qualquer formação – contribuir para o aumento de conhecimentos, e para a evolução dos processos de aprendizagem e enriquecimentos pessoal e profissional dos/as técnicos/as.

Podemos dizer que o balanço da ação formativa desenvolvida ao longo do 2º semestre de 2012 pela DRN é muito positivo. Contribuem para esta perceção não só o *feedback* obtido dos grupos através das fichas de avaliação, mas também a leitura que a equipa da DRN faz do comportamento/atitude dos/as formandos/as ao longo das sessões, visível na postura interessada, na adesão às atividades propostas e na participação reflexiva nas discussões geradas, respostas estas que reforçam a nossa convicção enquanto formadores/as – *“ninguém ensina ninguém, mas todos aprendem com todos”*, pondo assim em causa uma relação unidireccional formador/a-formando/a. Em nosso entender, a formação que proporcionamos procura partir desta premissa, indo buscar as suas raízes ao educador Paulo Freire que já defendia que *o papel do educador não é o de encher o educando de conhecimentos de ordem técnica ou não, mas sim o de proporcionar, através do diálogo educador-educando e educando-educador, a organização de um pensamento correto em ambos*. É, efetivamente, no intercâmbio de saberes e afetos que o processo formativo se desenvolve e consolida.

Hoje, mais do que nunca, a formação é uma exigência do quotidiano, tanto a nível pessoal como organizacional. Há, pois, que alargá-la a todas as áreas do saber, a todas as fases da vida e a todas as organizações, tornando-a contínua como contínuas são as transformações da sociedade. Só através do desenvolvimento das competências técnicas, operacionais e humanas é possível atingir um equilíbrio individual, social e institucional. O volume de pedidos de ações de formação que anualmente são dirigidos à CIG/DRN ilustra bem a consciência dessa necessidade por parte das organizações, que reconhecem que só investindo na formação dos/as seus/as



**A VIDA HUMANA  
NÃO TEM PREÇO.**

Mais de 2.45 milhões de pessoas são  
traficadas anualmente em todo o mundo.

Tráfico de seres humanos trata-se da angariação  
de pessoas por meios inadequados, tais como o  
uso da força, fraude ou engano, com o objetivo de  
as explorar (ONU/CDDH)

Human trafficking is the acquisition of people by  
improper means such as force, fraud or deception,  
with the aim of exploiting them (ONU/CDDH)



campanha  
coração azul  
contra o Tráfico  
Humano

colaboradores poderão garantir uma resposta interventiva de qualidade; o mesmo volume de pedidos reforça a nossa convicção de que a CIG está a transmitir uma imagem positiva para o exterior quanto à qualidade das ações que dinamiza.

Por parte desta equipa, propomo-nos a dar continuidade a este trabalho com entusiasmo e dedicação, tendo sempre em vista a melhoria na qualidade das respostas dadas às vítimas de violência género.

### **Workshop sobre TSH**

A Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), numa parceria com a CIG, desenvolveu dois workshops que se realizaram nos dias 29 e 30 de Novembro, respetivamente no Porto e Lisboa sobre a temática "Tráfico de seres humanos para Exploração laboral/trabalho forçado.

Estes workshops contaram com a participação de cerca de uma centena de inspetores/as laborais e, para além da contextualização internacional e nacional da vertente jurídica, teve como temáticas abordadas, a intervenção de apoio à vítima, a apresentação de um "case study" e o papel da ACT em situações de tráfico de seres humanos.

Importa referir que esta iniciativa encontra-se inserida nas medidas 22 e 26 do II PNCTSH.

Pretende-se, ao longo de 2013, replicar esta iniciativa de forma a abranger todos/as os/as inspetores/as laborais que fazem parte dos quadros da ACT.

### **Campanha "Coração Azul"**

Por ocasião do dia europeu de combate ao tráfico de seres humanos (dia 18 de outubro), foi lançada a campanha do Gabinete da ONU para a Droga e a Criminalidade - UNODC - *Blueheart*. Esta campanha contou com a divulgação de *spots* em diversos meios de comunicação, entre os quais se destacam, a RTP, SIC, TVI e canais por cabo.

Importa referir que Portugal lançou esta iniciativa, numa primeira fase, em abril de 2012, tornando-se o quarto país europeu a aderir à campanha de sensibilização *Blueheart* das Nações Unidas.

Esta foi uma campanha inicialmente lançada em 2009 e destinada a consciencializar a opinião pública para as proporções preocupantes do tráfico de seres humanos, um problema à escala mundial.

Segundo dados da ONU, todos os anos há, pelo menos, 2,45 milhões de pessoas vítimas de tráfico de seres humanos. A maior parte das situações estão relacionadas com a exploração sexual (cerca de 79%), seguindo-se as situações de exploração laboral (18%), tráfico de órgãos, mendicância, adoções ilegais ou trabalho doméstico ilegal. Uma em cada cinco vítimas é criança e cerca de 70% das vítimas são do sexo feminino.

### **OSCE**

Entre os dias 27 e 30 de Novembro, a representante especial e coordenadora do combate ao tráfico de seres humanos da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), Maria Grazia Giammarinaro, esteve em Portugal com o objetivo de se inteirar sobre a implementação de medidas relacionadas com o tráfico de seres humanos. A coordenação dessa visita esteve a cargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da CIG.

Esta visita teve um amplo leque de interlocutores, destacando-se não só uma reunião com ONG que trabalham nesta área, assim como uma visita à casa abrigo que existe para vítimas de tráfico de seres humanos.

Importa igualmente destacar que, para além de uma reunião com a comissão técnica de apoio à coordenação do II PNCTSH, Maria Grazia Giammarinaro teve a oportunidade não só de abrir uma formação sobre Tráfico de Seres Humanos dirigida a inspetores/as laborais na

qual a CIG esteve envolvida, bem como foi oradora principal num seminário organizado pela Universidade de Coimbra, no Centro de Estudos Sociais (CES), sobre tráfico de seres humanos para fins de exploração laboral.

Decorrente dessa série de encontros e reuniões, a OSCE elaborará um relatório sobre a situação em Portugal e respetivas recomendações, as quais serão certamente uma ferramenta indispensável para a elaboração do próximo Plano Nacional contra Tráfico de Seres Humanos.

### **Celebração de Protocolos**



Celebraram-se, no passado mês de Outubro, dois Protocolos de Cooperação, um com o Município de Oliveira de Azeméis e outro com o Município de Paredes. Ambas as cerimónias contaram com a presença da Vice-presidente da CIG, Teresa Almeida, uma Assessora do Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade, Dina Canço, o Delegado Regional Manuel Albano, e Rosa Oliveira também da Delegação Regional do Norte. Assistiram aos mesmos algumas dezenas de pessoas, membros dos executivos, técnicos das autarquias, da Rede Social e outros parceiros locais, bem como demais Entidades Locais. Ambos os Protocolos foram assinados pela Vice-presidente da CIG, e pelos respetivos Presidentes das Câmaras Municipais de Oliveira de Azeméis e de Paredes. A Vice-presidente da CIG proferiu, em ambos os discursos de abertura, algumas palavras referindo-se ao papel preponderante e estratégico do Poder Local na disseminação das mais vastas políticas e, em particular, as da Igualdade. A proximidade com que trabalham, quer com as várias Instituições de Apoio Local, quer no contacto direto com as próprias populações, permite, por um lado, perceber e aferir quais as reais necessidades dos vários atores, e por outro a realização de atividades concretas que vão ao encontro destas.

# Secretariado Técnico para a Igualdade

POR ANA GATTINI

**D**esde 2008, o STI – Secretariado Técnico para a Igualdade, na qualidade de estrutura criada pela CIG para cumprimento das suas funções de Organismo Intermédio do POPH -Programa Operacional Potencial Humano, tem disponibilizado para as regiões de Convergência (Norte, Centro e Alentejo), Lisboa e Algarve, através das Tipologias de Intervenção do Eixo 7 – Igualdade de Género, concursos dirigidos à sociedade civil para a apresentação de candidaturas que concorrem para materializar os objetivos da sensibilização e implementação das políticas públicas para a igualdade.

De julho a dezembro de 2012 estiveram abertos concursos para as Tipologias de Intervenção 7.2 - Planos para a Igualdade, 7.3 - Apoio Técnico e Financeiro às ONG, 7.4 - Apoio a Projetos de Formação para Públicos Estratégicos, 7.6 – Apoio ao Empreendedorismo, Associativismo e Criação de Redes Empresariais Económicas Geridas por Mulheres e 7.7 - Projetos de Intervenção no Combate à Violência e Género, para as regiões de Convergência, Algarve e Lisboa. O número de candidaturas submetidas a concurso neste ano civil superou as expectativas, com destaque para a Tipologia 7.7 com 404 candidaturas e a Tipologia 7.4 com 652 candidaturas. Na tipologia 7.2 contabilizaram-se 357 candidaturas, na 7.3 e 7.6 foram submetidas, respetivamente, 284 e 265 candidaturas. No total, foram apresentados 1962 projetos, ultrapassando os valores apresentados ao longo dos anteriores anos de vigência do atual quadro comunitário.

Para apoiar a preparação de candidaturas aos novos concursos, conforme previsto e noticiado na edição anterior, o STI/CIG realizou 16 Sessões de Esclarecimento por Tipologia de Intervenção, abertas ao público, nas cidades de Beja, Évora, Coimbra, Lisboa e Porto, durante os meses de setembro a dezembro de 2012. Enquanto decorreram os processos de candidatura, foi alargado o horário de atendimento telefónico exclusivamente para estes concursos, realizando-se todos os dias úteis, no período da manhã.

No que se refere à execução financeira, o STI tem registado um crescimento progressivo, sendo que, para o período de julho a novembro de 2012, a taxa de execução ascendeu de 41% para 47%. À data desta edição, não estavam disponíveis os dados de execução relativos ao mês de dezembro de 2012, embora se preveja um aumento de cerca de dois pontos percentuais.

Dando cumprimento à obrigação de acompanhar e monitorizar a execução física e financeira dos projetos, o STI/CIG aumentou o número de Verificações no Local, tendo realizado 44 visitas às Entidades Beneficiárias, no período de julho a dezembro de 2012.

O STI continuará a garantir a sua disponibilidade para o atendimento e esclarecimento das entidades beneficiárias, contribuindo para atingir os objetivos do Eixo 7, promovendo o acesso a informação relativa a procedimentos legais inerentes aos projetos cofinanciados, a qualidade de gestão dos mesmos e o seu respetivo acompanhamento, e estabelecendo uma comunicação mais próxima com as entidades beneficiárias.

## "Violência de género" debatida em seminário internacional

Ministério da Defesa Nacional

O Instituto da Defesa Nacional promoveu, com a colaboração das Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Coimbra, um seminário sobre "A violência de género em conflitos armados". Este seminário, que contou com a participação de reputados especialistas nacionais e internacionais, e cuja sessão de abertura foi presidida pelo Ministro da Defesa Nacional, teve a primeira conferência proferida pela Dra. Charlotte Isaakson, assessora da NATO para o Comando da Transformação.

José Pedro Aguiar-Branco, na sua intervenção, desafiou a comunidade internacional a dar o exemplo no respeito pelos direitos humanos, afirmando que "o exemplo que a comunidade internacional pode, deve dar, nas suas intervenções nos diversos teatros, seja na dimensão humanitária, seja na dimensão do combate ao terrorismo, ao narcotráfico, na salvaguarda da paz, deve dar sempre o exemplo de que há limites que não podem nunca ser ultrapassados e esses limites são o respeito pelos direitos humanos nas variadas expressões".

O seminário decorreu no dia 4 de dezembro nas instalações do IDN - Instituto de Defesa Nacional, integrou três painéis com temas como "Causas e expressões da violência de género em conflitos armados", "Violência de género e direito internacional" e "Luta contra a violência de género em conflitos armados".



### Seminário UNSCR 1325 in NATO-led Operations

O Estado-Maior General das Forças Armadas enviou um representante ao NATO Pol-Mil Seminar

on UNSCR 1325 in NATO-led Operations, no Nordic Centre for Gender in Military. O Seminário decorreu entre 17-18 de Dezembro de 2012. A participação portuguesa resumiu-se à Capitã Jurista Inês Luís, da Força Aérea. O anfitrião foi o Embaixador Stephen Evans, NATO Assistant Secretary General for Operations.

Os palestrantes foram os seguintes:

Sua Excelência a Ministra da Defesa da Suécia, Senhora Karin Enström;

NATO Secretary General's Special Representative for Women, Peace and Security, Senhora Mari Skäre;

NATO Deputy Senior Civilian Representative to Afghanistan, Senhor Andrew Steinfeld;

Commander Mobile Units Division of Italian Carabinieri, Major General Vincenzo Coppola;

Deputy Director Operation, Netherlands Ministry for

Defence, Major General Theo Ten Haaf;  
Under-Secretary-General and Executive Director of UN Women, ex-presidente do Chile, Senhora Michelle Bachelet (video address);

Gender Advisor, United Nations Interim Force in Lebanon;

Deputy Head of Operations III, the Geneva Center for the Democratic Control for the Armed Forces, Senhor Daniel Torres;

NATO Senior Civilian Representative, Regional Command (West), Afeganisthan, Senhor Andrea Romussi;

Afghanistan Senior Program Officer, Rule of Law Centre, United States Institute for Peace, Senhor Hamid Khan;

Embaixador da Austrália junto da Bélgica, NATO e EU, Senhor Duncan Lewis.

O Seminário abordou essencialmente duas questões:

Como é que a implementação da Resolução das Nações Unidas 1325 torna as operações e missões da NATO mais eficazes e eficientes, agora e no futuro;

Como medimos o sucesso; quais os indicadores para medir o sucesso.

Sem indicação do orador respetivo por respeito às Regras de Chantham House, seguidas por este seminário, realçam-se os seguintes aspetos:

As chefias militares devem conhecer a importância que a participação de mulheres nas operações e missões têm para o próprio sucesso operacional;

A sustentabilidade de qualquer ação tem de incluir toda a população local e para esse efeito, importa contar com mulheres militares;

Em muitas culturas, é verdadeiro o pressuposto "win the women and you will win the family";

A presença de mulheres nas Special Operation Forces é de elevada importância em operações que envolvam mulheres e crianças (exp. Revistas, proteção, conhecimento do funcionamento das famílias locais)

Existe défice de participação de mulheres e importa perceber porquê;

Existe défice de candidaturas de mulheres e importa perceber porquê;

Nova publicação da NATO sobre o papel do conselheiro do género: BI-SC 40/1, AGO2012;

A NATO deve perguntar primeiro o que quer obter com a implementação da Resolução 1325, para depois conseguir medir o sucesso, e ainda não o fez;

Os sucessos dos "gender advisor" e "female engagement teams" são pontuais e não fazem parte de uma estratégia;

O principal objetivo é uma sociedade pacífica e segura para homens, mulheres, meninos e meninas e não quantificar quantas pessoas estão treinadas na matéria do género, nem quantas mulheres integram a força;

É crucial ouvir as mulheres locais, para saber o que precisam e não impor o que queremos que tenham.

Para maximizar os resultados operacionais, importa incluir mulheres nas SOF, que facilitam o diálogo com as mulheres locais e consequentemente permitem um maior conhecimento sobre a situação;

O comandante ganha com a inclusão das mulheres; inclusão de mulheres é um objetivo e um meio;

A Resolução 1325 é um instrumento vital de "peace keeping" e "peace building".



Moura Salúquia -  
Associação de  
Mulheres do  
Concelho de Moura

## Género e Envelhecimento

Tendo em conta os seus objetivos na área do combate à discriminação e exclusão social, a Moura Salúquia – Associação de Mulheres do Concelho de Moura tem desde sempre desenvolvido ações e projetos junto de grupos específicos da população, sobretudo junto das mulheres.

Considerando que a idade funciona como fator de organização social e afeta de forma diferenciada homens e mulheres enquanto membros de diferentes classes sociais, a feminização da velhice, enquanto resultado do envelhecimento diferenciado, tem sido para nós uma preocupação, uma vez que as representações e práticas sobre o envelhecimento são também compostas pelas perspetivas de género e pelas formas de ser mulher e de ser homem na nossa sociedade.

Nas últimas décadas esta questão tem ganho visibilidade, representando um objeto de interesse atual, com preocupações sociais e científicas associadas.

E no feminino, envelhecer é muitas vezes sinónimo de novas sociabilidades, participando mais ativamente nas atividades disponíveis, facto que verificamos sempre nas nossas atividades, onde a participação feminina é sempre mais significativa. Mas é também sinónimo de novos e/ou acentuadas vulnerabilidades, uma vez que para as mulheres temos muitas vezes o encontro de uma fase com todas as desvantagens acumuladas, fruto da discriminação e desigualdades estruturais.

Assim, maior esperança de vida não corresponde necessariamente a melhor qualidade de vida.

Tendo em conta as características da nossa região, nomeadamente o envelhecimento da população e o seu isolamento social, temos procurado desenvolver

atividades de convívio. Deste modo, durante todo o ano foram realizados Serões Culturais nas várias freguesias do concelho, momentos muito apreciados pela população, e *Ateliers* de Artes Femininas, com o objetivo, não só, de construir um espaço de sociabilização para as mulheres, mas também de estimular e valorizar a criação de artesanato.

Dada a nossa intensa atividade na área da violência doméstica, as questões ligadas à violência sobre os idosos têm merecido também naturalmente destaque nos planos de ação da instituição.

Neste ano foram várias as ações de sensibilização sobre segurança e violência na terceira idade, dedicadas a este público e realizadas em conjunto com a GNR e com a PSP, e *workshops* sobre a mesma temática, dedicados a técnicos da área social. Junto destes grupos, ambos com visões privilegiadas, temos procurado delinear estratégias que passam pela formação, sensibilização, informação e envolvimento de toda a comunidade.

No Alentejo, quase ¼ dos idosos inquiridos sobre a sua funcionalidade referiu ser vítima de violência doméstica, num fenómeno provavelmente com tendência crescente mas também talvez ainda mais impercetível do que a praticada contra crianças e mulheres. Assim, é de extrema importância sustentar a perceção social sobre esta problemática, mas sobretudo a frequência e prevalência da violência doméstica nesta faixa da população.

Assim, enquanto entidade gestora do Núcleo de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica do distrito de Beja, a Moura Salúquia tem procurado, em conjunto com a rede de parceiros que constituem esta plataforma, atuar nesta área considerada prioritária numa região onde a tendência atual de envelhecimento da população é ainda mais acentuada.

Pensar sobre o envelhecimento é também pensar sobre nós próprios e tem sido esta parte da filosofia que tem estado por detrás das nossas ações. O “velho” não é um outro exterior e distante. É o que um dia também nós seremos.

# Género e Envelhecimento

## O que significa a velhice na nossa sociedade atual?



Idealmente, deveria significar uma vida digna, com direito à saúde, segurança social, habitação e com as condições económicas, que permitissem fazer face a despesas relacionadas com alimentação e bens essenciais. Deveria igualmente significar a existência de infra-estruturas de apoio, com a devida dignidade, de forma a permitir um apoio de retaguarda às famílias, ou até mesmo em substituição das mesmas (no caso da sua inexistência), tendo sempre em vista o bem-estar das pessoas idosas, combatendo o isolamento e a solidão. Ser idoso/a não significa necessariamente ser pensionista, no entanto existe uma correlação entre ambos.

De acordo com os dados da Segurança Social, relativos a outubro de 2012, existem 1.981.968 de pensionistas por velhice, de entre os quais 935.124, são homens, representando 47% e 1.046.844, são mulheres, representando 53%.

Ser pensionista hoje, no nosso país, representa para uma larga maioria, mesmo tendo trabalhado e descontado uma vida inteira, que as dificuldades e a regressão social se tornaram uma realidade sempre presente, tendo em conta que os pensionistas têm sido um dos alvos principais das políticas de austeridade do Governo PSD/CDS.

Resultado de uma vida de baixos salários e de empregos, muitas vezes precários, atualmente, a situação dos idosos está cada vez mais fragilizada. Fragilidade essa, que se acentua nas mulheres, que em média, sempre auferiram salários mais baixos que os homens e que, por sua vez, auferem hoje em dia pensões mais baixas. Em Março de 2012, a pensão média de velhice das mulheres era de 309,47€, enquanto que a dos homens era de 525,32€, ou seja, a pensão das mulheres correspondia apenas a 58,9% da dos homens.

Consequência das baixas pensões e da carestia de vida, as condições de vida dos idosos estão cada vez mais fragilizadas, levando-os, em alguns casos, a situações de pobreza extrema:

- O acesso a bens de primeira necessidade, nomeadamente alimentação, é limitado;
- O acesso aos cuidados de saúde é igualmente limitado, quer pelo aumento das taxas moderadoras, quer pela ausência de medicação, que se deixa de comprar, por não existirem condições;
- As condições de habitação são cada vez mais difíceis, tendo em conta a subida das rendas;
- Para além da existência de poucas estruturas de apoio a idosos, existe a agravante das famílias não terem condições económicas para suportar os custos a elas inerentes, nem horários compatíveis para prestar o apoio necessário aos mesmos.

Numa altura em que se comemora o Ano Europeu do Envelhecimento Activo, a CGTP-IN defende a manutenção e melhoria das funções sociais do Estado (Saúde, Segurança Social) e não a sua privatização ou destruição, possibilitando às mulheres e homens uma vida com condições de dignidade, a todos os níveis da sociedade.

A Conferência da Inter-Reformados/CGTP-IN no dia 18 de Janeiro de 2013, sob o lema "Uma vida de trabalho, exige reformas dignas e direitos sociais", reflete precisamente estas preocupações, reivindicações e propostas alternativas.



## A Igualdade Vai de Norte A Sul - e Além-Fronteiras

No último semestre, a ILGA Portugal tem intensificado o seu trabalho de sensibilização para a igualdade das pessoas LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgénero) em Portugal e também no plano internacional.

No âmbito do projeto Porto Arco-Íris, uma iniciativa apoiada pelo POPH/QREN, a ILGA Portugal tem continuado a desenvolver na região norte um conjunto de atividades que procuram disseminar a intervenção no combate à discriminação em função da orientação sexual e identidade de género, através de um conjunto diversificado de ações de sensibilização e eventos que pretendem conferir maior visibilidade aos temas e população LGBT.

Destacamos, no segundo semestre de 2012, a participação na marcha do orgulho LGBT do Porto, a realização de sessões de sensibilização com vários tipos de público, nomeadamente no contexto educativo, com múltiplas ações com jovens de vários graus do ensino básico, secundário e superior, e uma ação dirigida a profissionais do Conselho Local para Ação Social do concelho de Valongo, a convite da própria autarquia.

Destacamos ainda a realização de um ciclo de cinema sobre famílias não heteronormativas, com o título "We Are Family". Teve lugar no cinema Passos Manuel, no Porto, e contou com uma média diária de aproximadamente uma centena de pessoas. Foi ainda lançada a iniciativa "Um Conto Arco-Íris", um concurso de literatura ilustrada para a infância que pretende retratar a vida de famílias e pessoas LGBT, contando com o escritor Richard Zimler, a sexóloga Marta Crawford e o ilustrador Rui Vitorino Santos como membros do júri. Prosseguiu-se ainda o trabalho de angariação e gestão de voluntariado, com atividades sociais e dinamização de grupos como uma comunidade de leitura de temática lésbica (com

## CICLO DE CINEMA LGBT

ENTRADA LIVRE

# WE ARE FAMILY

21 A 24 DE NOVEMBRO, ÀS 22H

CINEMA PASSOS MANUEL

RUA DE PASSOS  
MANUEL, 137 PORTO

CONSULTE TODA A PROGRAMAÇÃO  
EM PORTO.ILGA-PORTUGAL.PT

convidadas/os como a jornalista São José Almeida). Adicionalmente, foram reforçadas várias parcerias com o tecido institucional local, nomeadamente na colaboração com investigações académicas, campanhas de prevenção do VIH e outras ISTs, pedidos de apoio e informação ou na identificação e resposta a vítimas de homofobia e transfobia, nomeadamente jovens em conflito com o entorno familiar. O trabalho desenvolvido neste âmbito tem demonstrado a necessidade premente de preparação, nomeadamente através de formação, das equipas que intervêm diretamente no acesso da comunidade LGBT a bens e serviços, setores onde a discriminação se continua a fazer sentir de forma mais acentuada. A ILGA Portugal iniciou ainda um processo de diálogo com a autarquia do Porto com vista à futura criação de um centro comunitário na cidade, que permita consolidar e ampliar este tipo de intervenção na região. No âmbito do projeto Centro LGBT, também apoiado pelo POPH/QREN, contribuímos para concretizar medidas do IV Plano Nacional para a Igualdade - Cidadania, Género e Não Discriminação, nomeadamente das medidas 30 e 65 referentes à área da Saúde e da Orientação Sexual e Identidade de Género. A ILGA Portugal promoveu uma ação de sensibilização intitulada "A Saúde e as pessoas LGBT: identificar a discriminação, promover a igualdade" dirigida a profissionais de Centros de Saúde (enfermeiras/os, psicólogas/os, médicas/os de família e assistentes sociais). Esta iniciativa decorreu no Centro de Saúde de Sete Rios, em Lisboa, e contou com o apoio da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

Por sua vez, e no âmbito do mesmo projeto, a edição deste ano da Feira do Livro LGBT de Lisboa, organizada pela Associação ILGA Portugal através do seu Centro de Documentação, decorreu no Centro LGBT, entre 20 e 27 de outubro. Esta edição teve um especial destaque para os livros infantis e as famílias arco-íris, com muitos livros para todas as crianças e para todas as famílias, e a presença da contadora de histórias Elsa Serra. Além dos livros infantis, outros livros marcaram presença - literatura, poesia, ensaio, revistas científicas e banda desenhada - de forma a divulgar a produção editorial de temática LGBT, em Portugal. Participaram cerca de 22 Editoras e 2 distribuidoras de DVD, com cerca de 200 títulos, que incluíam também 6 Edições de Autor.

A Programação incluiu o Encontro com as autoras Margarida Fonseca Santos e Ana Saragoça, a apresentação dos livros «Luanda, Lua» e «Reinventar Portugal», por Paulo Côrte-Real, espaço para o cinema, com a passagem dos documentários «The celluloid closet - o cinema no armário» e «Os tempos de Harvey Milk», a apresentação do mais recente volume da revista «Psicologia», o espetáculo «Mulheres do Brasil», uma viagem pela vida e arte de escritoras brasileiras, conduzido por Marisa Medeiros, e a atuação do coro da ILGA Portugal *CoLeGaS*.

No plano de atuação da ILGA Portugal na esfera europeia e internacional, evidenciamos o contínuo trabalho de monitorização da implementação da Recomendação CM/Rec(2010)5 do Comité de Ministros do Conselho da Europa, no âmbito de um projeto financiado pela ILGA-Europa e que decorre até final de

2013. Igualmente, em Outubro, o Centro LGBT recebeu os representantes da sociedade civil portuguesa, numa reunião organizada pela Amnistia Internacional, para preparação de contributos à revisão das Nações Unidas a Portugal sobre o cumprimento do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Nos dias 24 e 25 de Outubro a ILGA Portugal esteve em Jakarta, Indonésia, para um seminário da sociedade civil, organizado pela Delegação da União Europeia para a Indonésia, Brunei Darussalam e ASEAN, no seguimento dos diálogos entre a Indonésia e a União Europeia. A ILGA Portugal foi a única associação LGBT presente no seminário e contribuiu ativamente para a integração de questões sobre orientação sexual e identidade de género não só no contexto asiático mas também dentro da União Europeia. Por último, em Novembro a ILGA Portugal esteve presente na XXVII Sessão Nacional do Parlamento Europeu dos Jovens onde debateu com jovens as questões do casamento e adoção por casais do mesmo sexo de forma a dotá-los/as das ferramentas e informações necessárias para a apresentação de uma moção no Parlamento Europeu.



# Bibliografia

Sobre a temática do envelhecimento apresenta-se um pequeno número de referências bibliográficas que poderão ser consultadas na Biblioteca Madalena Barbosa ou, algumas, já disponíveis *on-line*.

**A dama e o cavaleiro: um estudo antropológico sobre envelhecimento, gênero e sociabilidade** (2004), Andréa Moraes Alves, Rio de Janeiro, Fundação Gertúlio Vargas, índice : <http://81.84.242.167/bibliopac/imagensm/153.pdf>;

**A mulher idosa em Portugal** (1991), Bela Jardim, Lisboa, Organizações não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres;

**As pessoas idosas e a família: formas de solidariedade entre duas gerações de adultos** (1993), Maria Teresa de Almeida Carvalho de Jesus Soares, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa,

**Age matters : realigning feminist thinking** (2006), ed. Toni M. Calansanti; Katheleen F. Slevin, New York, London, Routledge, índice: <http://81.84.242.167/bibliopac/imagensm/0415952247.pdf>;

**As mulheres e o envelhecimento** (1989), Gabriela Salgueiro, Lisboa, Comissão da Condição Feminina;

**Breaking the taboo: violência contra mulheres idosas em contexto familiar: reconhecer e agir** (2012?), Heloísa Perista e Isabel Baptista. - Wien (Áustria), Cruz Vermelha Austríaca;  
**Igualdade de Género em Portugal 2010** (2011), Lisboa, CIG;

**Intimate partner violence against older women (2010)**. Summary report : summary of a research project carried out in Austria, Germany, Hungary, Poland, Portugal and United Kingdom, Helga Amesberger [et al.], Göttingen, índice: <http://81.84.242.167/bibliopac/imagensm/1002.pdf>

**MUDANÇAS LABORAIS E RELAÇÕES DE GÉNERO. Novos vetores de (des)igualdade** (2012), Sara Falcão Casaca (coord), Elísio Estanque, Hermes Augusto Costa, Ilona Zsuzsanna Kovács, João Peixoto, Manuel Abrantes, Margarida Chagas Lopes, Sally Bould, Lisboa, Fundação Económicas/Almedina;

**Mujeres en la periferia: algunos debates sobre género y exclusión social** (2006), Adelina Calvo Salvador, Marta García Lastra, Teresa Susinos Rada (eds.), Barcelona, índice: <http://81.84.242.167/bibliopac/imagensm/990.pdf>.

**O envelhecimento: desafios e estratégias alternativas de intervenção** (Mesa redonda Europeia); coord de Ana Isabel Líbano Monteiro e Maria Arlete Cardoso Silva, Lisboa : Comissão Nacional para a Política da Terceira Idade, 1994

**O envelhecimento no feminino: um desafio para o novo milénio** (2005), Maria Paula Nunes, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, índice: <http://81.84.242.167/bibliopac/imagensm/120.pdf>.

**O tempo não tem idade: viver para o mutualismo, hoje, amanhã, viver com o mutualismo** (1995), Paula Oliveira Guimarães, Lisboa, Montepio Geral.

**The fountain of age** (1993), Betty Fridan, New York, Touchstone Book. índice: <http://81.84.242.167/bibliopac/imagensm/435.pdf>

**The other within us: feminist explorations of women and aging** (1997), edited by Marilyn Pearsall, Oxford, WestviewPress. índice : <http://81.84.242.167/bibliopac/imagensm/805.pdf>

## Horário da Biblioteca Madalena Barbosa

10.00H às 17:00H

15 de Julho a 15 de Setembro  
e de 15 a 31 de Dezembro:

10.00H às 12.30H

14.00H – 16.30H

reunindo  
500 anos de estudos



# Biblioteca Especializada

Promover a Igualdade  
Sensibilizar e Informar  
Investigar e Estudar  
Formar para Empoderar



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género  
Presidência do Conselho de Ministros

Sede:  
Av. da República, 32 - 1º  
1050-193 Lisboa  
Portugal

Tel. 21 798 30 00  
Fax 21 798 30 98  
Email: [cig@cig.gov.pt](mailto:cig@cig.gov.pt)

Delegação Regional:  
R. Ferreira Borges, 69 - 2º C  
4050-253 Porto  
Portugal

Tel. 22 207 43 70  
Fax 22 207 43 98  
Email: [cignorte@cig.gov.pt](mailto:cignorte@cig.gov.pt)

Catálogo da Biblioteca online:  
<http://81.84.242.167/bibliopac.htm>

[www.cig.gov.pt](http://www.cig.gov.pt)

